



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0004/AM/10, de 30-09-2010

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, João Manuel Vieira Cordeiro, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Gabriela da Silva Santos, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Pedro Francisco Pires Brillhante, Armindo Lopes Carolino, Odete Marise dos Santos Alves, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Sandra Isabel dos Santos Ferreira, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Ilídio Manuel da Mota, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

- Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;**
- Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;**
- Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;**

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

- Ponto 2.1 – Desvio continuado de verbas de uma conta do Município de Pombal;**
- Ponto 2.2 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contrato Programa entre o Município de Pombal e a PMUGEST, E.E.M.;**
- Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2010;**
- Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2011;**
- Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2011;**
- Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão aos Documentos Previsionais;**
- Ponto 2.8 - Apreciação do Parecer do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2010;**



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.9 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Dissolução, Liquidação e Partilha da Empresa Municipal Pombal Viva, E.E.M.;**
- Ponto 2.10 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declaração de Interesse Municipal da ETAR do Louriçal;**
- Ponto 2.11 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declaração de Interesse Municipal do Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó - CIMU Sicó;**
- Ponto 2.12 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declaração de Interesse Municipal da Variante Sul do Louriçal;**
- Ponto 2.13 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Outeiro do Louriçal, Freguesia do Louriçal.**

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretario e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.ª Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.ª Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Presidente da Junta de Freguesia de S. Simão de Litém havia comunicado o seu impedimento indicando como sua substituta a Dra. Maria Helena Rodrigues de Assunção, membro da Junta de Freguesia.

De seguida, deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências:

Eleitos pela lista do PSD – Jorge Gameiro da Silva e Sandra da Silva Palhais, que pediu justificação para a sua falta.

Eleitos pela lista do PS – João André Varela Coelho, que apresentou pedido de justificação para a sua falta.

Antes de ar início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia propôs que fosse cumprido um minuto de silêncio pelo desaparecimento de duas importantes figuras políticas, e cidadãos exemplares deste Concelho, o Sr. Engenheiro Fernando Coucelo, falecido no passado 27 de Julho e o Sr. Engenheiro Joaquim Almeida, falecido no dia 8 de Setembro.

De seguida cumpriu-se o minuto de silêncio pelos dois pombalenses.

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da acta da sessão anterior, a qual foi distribuída previamente pelos Membros da Assembleia, colocando-a a discussão, não se verificando qualquer inscrição.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocada a acta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quatro abstenções.

Pedro Santos pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me em virtude de não ter estado presente na última sessão.”

1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou o plenário do seguinte:

“Quero anunciar que chegou à Mesa da Assembleia um requerimento do Partido Socialista, com 23 perguntas, referentes a um tema que foi agendado na Ordem de Trabalhos e que, no seguimento desse pedido de esclarecimento, fiz chegar ao Executivo essa solicitação.

Eu próprio dirigi um pedido de informação ao Sr. Procurador Geral da República e ao Senhor Director da Policia Judiciária, tendo recebido a resposta do Sr. Director da Policia Judiciária que de imediato me mandou colocar as questões que eu punha ao Ministério Público de Pombal.

Não foi possível adquirir toda a resposta com a prontidão necessária para entregar ao Partido Socialista, mandei um pedido de desculpas pelo atraso dizendo que se envidavam esforços nesse sentido.

Ontem, a Câmara entregou-me, finalmente, as respostas que lhe chegaram e que foi possível organizar, que eu tenho aqui em meu poder e vou mandar entregar, de imediato, ao Líder da Bancada do Partido Socialista, Dr. Armindo Carolino.

Recebi, do Sr. Presidente do Conselho da Administração da ARS do Centro o pedido de esclarecimento que lhe vínhamos formulando, como devem lembrar-se o Sr. Dr. João Coucelo, já em Setembro, tinha dirigido um pedido de esclarecimento sobre a politica de saúde para o nosso Concelho. Em Fevereiro fiz chegar novo pedido e reformulei-o e a resposta chegou e está nos serviços de apoio à Assembleia ao dispor dos Senhores Deputados para poder ser consultado.

1.3 - Intervenções na generalidade.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que deu entrada na Mesa um pedido de substituição do Dr. André Coelho, dizendo o seguinte:

“Eu quero chamar atenção dos Senhores Deputados, não tenho bem presente esta situação, mas penso que quem tem de pedir a substituição é o próprio elemento e o que ele pediu foi a justificação da falta, como prova a carta em que diz que lamenta informar que se encontra doente, com uma otite, e que o impossibilitou de ir trabalhar ontem e o impossibilita de estar presente, hoje, na sessão da Assembleia Municipal, esperando que considerem a sua falta como justificada.”

O **1.º Secretário da Assembleia** referiu o seguinte:

“O Pedro Santos, chegou aqui à Mesa e disse “Eu estou a substituir o João André Coelho”, não é assim, a Bancada do Partido Socialista sabe que não é assim, portanto, e agora entrou aqui na Mesa um pedido de substituição por o Deputado João Coelho, portanto a Mesa decidirá.”

A Mesa reuniu e decidiu pôr à aprovação do plenário este requerimento feito pelo Partido Socialista e que diz o seguinte:

“A Bancada do Partido Socialista em virtude da impossibilidade do comparecimento do Deputado João Coelho vem requer a V. Ex.ª a substituição daquele membro pelo Deputado Pedro Miguel Serra Santos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pombal 30 de Setembro de 2010”.

Colocado o requerimento a votação, foi o mesmo chumbado por maioria.

O **Sr. Deputado João Coucelo** pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Eu não tenho nada contra a presença, seja de quem for, nesta Assembleia, em substituição de qualquer Deputado Municipal que peça a suspensão do mandato por qualquer motivo imperioso.

O pedido formulado contraria o disposto na Lei, no Regulamento da Assembleia Municipal e penso que, quando se está na política, na vida, na Democracia, tem de se respeitar as regras, então isto é apenas o cumprimento de uma regra formal que nos obriga a todos e, quando não for assim, fazemos tábua rasa das leis dos princípios e dos regulamentos.”

De seguida, informou terem recebido o aditamento de um ponto pela Internet que tem que ser agendado e que será o **ponto 2.14 que é a apresentação, discussão e votação da proposta da proposta da Câmara sobre ACMMM – Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.** Colocada a inclusão deste ponto a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Nesta altura abriu as inscrições para uso da palavra, tendo-se inscrito:

João Coucelo, que fez a seguinte intervenção:

“Como compreendem, naturalmente, neste momento, depois de um minuto de silêncio pelo falecimento do Engenheiro Joaquim de Almeida e do meu irmão que foi membro desta Assembleia Municipal durante alguns anos, eu vinha preparado para agradecer antes de mais a todos os elementos do Executivo Municipal, da Mesa, companheiros da Assembleia, a ambos os Partidos que, num momento muito difícil, manifestaram a sua solidariedade e amizade porque é sempre difícil o sentimento de perda.

O Engenheiro Fernando Coucelo, foi um filho, um irmão, um pai, um excelente profissional, um homem honesto, íntegro e que amava profundamente a sua terra, mesmo muito antes de pertencer a esta Assembleia Municipal o meu irmão sempre se mostrou interessado em saber como é que corriam as coisas em Pombal, gostávamos muito sobre ideias e projectos que tinham haver com Pombal e que tinham haver com este país, por força das actividades que ele próprio desempenhava, quer como quadro dirigente da Portucel quando esteve na administração do IFADAP ou como quadro, enfim, convidado pelo Ministério da Agricultura. E sei bem como ele teve pena de não poder vir a estas Assembleias, as nossas conversas já doente, perguntava sempre o que é que se ia passando. É por isso, um sentimento natural de perda que é pessoal e familiar, eu penso que é também um sentimento de perda que deve de existir em muitas pessoas que o conheciam no nosso Concelho, como pombalense, como técnico, como profissional que abraçou a causa pública, por devoção, por interesse, por competência, respeitado pelos seus pares quaisquer que fossem as suas cores políticas e que contribuiu, sobretudo, no âmbito do Ministério da Agricultura, para uma publicação mais recente de algumas leis, nomeadamente, da Lei Orgânica do Ministério da Agricultura.

Com aquela ironia própria que o caracterizava em algumas destas situações, já debilitado, dizia: “O Ministro está à minha espera, nem que vá de ambulância, vou lá apresentar-lhe os documentos” quis o destino, quis a má sorte, quis a doença, no fundo, causadora de todo este trágico acontecimento, que ele não pudesse continuar aquilo que gostava de fazer e que, a exemplo de outros que neste país trabalham com muita competência a favor da causa pública, não pudesse dar mais o seu contributo a este país. Perdi um amigo, o meu melhor amigo, um confidente de muitas histórias, de muitas histórias da vida política deste país, e algumas, se fossem contadas, naturalmente, fariam corar algumas pessoas com responsabilidades, mas ficam cá, são o meu património pessoal e, com certeza, que nunca farei uso delas, aprendi muito com as nossas conversas, aprendi, porque o meu irmão era



MUNICÍPIO DE POMBAL

um homem muito sabedor, e normalmente com uma elegância própria no trato das coisas, mesmo que tivesse que ser ríspido para defender as suas ideias, aquilo em que acreditava verdadeiramente.

É destes homens que nós precisamos no nosso País, Ninguém é insubstituível, é verdade, mas há pessoas que é muito difícil substituir, em momentos cruciais da nossa vida ou familiar, ou social, ou política.

Agradeço-vos a todos, não só o apoio, a estima, a consideração que tiveram para com ele no seu tempo de permanência nesta Assembleia. Eu sei que, acima de tudo, houve sempre respeito pelas ideias e respeito pelas pessoas.

Neste momento, eu mais não posso fazer do que pedir-vos que compreendam que a emoção, de alguma forma, me toca, é algo que eu não consigo esconder porque as palavras que estou a dizer não são escritas, são verdadeiras, são do coração. Obrigado a todos.

Seguiu-se uma ovação.

De seguida continuou, fazendo a seguinte intervenção:

“Queria fazer uma pequena referência que tem a ver com a última Assembleia Municipal, em que o meu nome foi falado, referente a questões da vida interna do Hospital, que foram confidências minhas ao Dr. Grilo, e que ele achou oportuno evocar, mas eu queria dizer que, sobre este assunto, como eu fiz até agora e como disse ao primeiro jornalista que me questionou, são assuntos internos da instituição e devem ser tratados internamente.

Evidentemente que quando as coisas vêm para a praça pública e quando está potencialmente afectado o interesse público, pela relevância que assume uma instituição de saúde, é natural que estes conhecimentos venham a ser abordados do ponto de vista da informação jornalística.

Muito do que eu li, infelizmente, não corresponde à verdade, nem de um lado nem do outro, mas sobre esse assunto quero dizer com toda a honestidade:

Eu sei que toda a gente que, de alguma forma, olha para estas questões de uma forma político-partidária pode entender que o que se está a passar tem a ver com o Dr. João Coucelo e com a Direcção do Hospital.

O que tem a ver com o Dr. João Coucelo e a Direcção do Hospital são questões internas do meu posicionamento como Director de Serviço face a medidas internas do Hospital. O que acontece com o Hospital, no seu todo, não tem nada a ver comigo e, portanto, extrapolar daqui qualquer diferendo político-partidário, quando eu já fui Presidente do Conselho Administrativo deste Hospital, uma série de anos, e Director Clínico, em Coimbra, e nunca me vi envolvido em qualquer questão deste género, parece-me que é abusivo e não abona em favor da tranquilidade necessária para se tratarem dos assuntos da saúde no Concelho de Pombal.

Sobre este assunto não quero dizer absolutamente mais nada.

O Tempo é o melhor julgador das palavras, das afirmações das pessoas e dos acontecimentos.

Eu aguardo, serenamente, que, relativamente a esta matéria, nós possamos enveredar por uma via de tranquilidade, naturalmente, para benefício da população do Concelho de Pombal que o Hospital Distrital de Pombal, serve.”

Tiago Galvão, cuja intervenção se segue:

“Para mim a democracia é mais do que está regulamentado através de legislação. É mais do que votos. Democracia é um valor que deve estar em cada indivíduo político.

Quando vejo diferenças de tratamento numa Assembleia Municipal, não vejo nenhum destes valores.

Quando vejo o Secretário da Mesa a pronunciar-se sobre questões da Mesa, sem que a Mesa reúna e na presença do Senhor Presidente, num total descontrolo do decurso das sessões.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quando vejo o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a tecer considerações e a esboçar opiniões sobre as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Pombal, só posso concluir uma coisa:

A democracia não está a funcionar e a culpa, aqui, é do Presidente da Assembleia Municipal.

Digo isto porque, desde o início deste mandato, ainda não se viu um evoluir positivo na acção do Presidente da Assembleia. No início, todos os problemas que teve em conseguir levar a cabo a tarefa de conduzir as sessões de Assembleia Municipal, poderiam ser desculpadas com a falta de experiência, mas temos de ser justos, um Presidente da Assembleia tem que conhecer, muito bem, o Regimento aprovado por este órgão, o Presidente tem que saber avaliar os discursos de todos os Deputados Municipais, com imparcialidade.

Concluindo, o Presidente da Assembleia Municipal tem sido bastante parcial tratando, por diversas vezes, as bancadas do PS e do PSD de maneira bastante diferente.

Mas não se ficou por aqui. No que toca ao entendimento desta Bancada, o culminar de uma série de atropelos aos valores democráticos, por parte do Presidente desta Assembleia, revela-se mais impetuoso quando, depois de dizer na passada sessão de Assembleia Municipal, achar necessário realizar uma Assembleia Municipal extraordinária com o objectivo de discutir o futuro do Hospital de Pombal, assunto que requer muito poucas competências por parte da Autarquia, nega um pedido de sessão extraordinária da Assembleia Municipal para criar uma comissão de inquérito para apurar responsabilidades técnicas e políticas, e aqui queria sublinhar técnicas e políticas, sobre um desfalque superior a meio milhão de euros.

Todos nós sabemos as diversas ferramentas democráticas que nos possibilitam a marcação de uma sessão extraordinária de Assembleia Municipal. O que achamos é que deve existir, para determinados assuntos, um fair play político para que assim seja encontrada toda a verdade sobre assuntos de extrema sensibilidade, tais como este.

Quando ouvimos o Senhor Presidente da Assembleia dizer aos meios de Comunicação Social que concorda com a Bancada do PS, no que toca à responsabilidade fiscalizadora da Assembleia Municipal, ainda nos indigna mais com a sua posição, no entanto volta a demonstrar um completo alheamento aos objectivos fiscalizados por esta Instituição, quando diz que não quis maçar os Senhores Deputados que estavam de férias.

Esta desculpa, para além de ser irresponsável, é cómica e retira toda a sua credibilidade.

Digo-lhe ainda, por favor Senhor Presidente, sempre que necessitem de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para discutir motivos do maior interesse público, eu cá estarei para cumprir com o meu dever.

Lembro ainda os mandatos de Luís Garcia e João Coucelo, exemplos de imparcialidade, de postura institucional e de competências na condução dos trabalhos, com exigência mas também com moderação.

A Bancada do PSD não está isenta de falta de responsabilidade fiscalizadora e da transparência que os cidadãos nos exigem. A população pombalense querera, certamente, saber toda a verdade no que toca à gestão da Câmara Municipal de Pombal, e nós não ouvimos ninguém dessa Bancada a exigir explicações sérias, mas sim a desculpar a Câmara Municipal de Pombal e a vitimizar a figura do Presidente desta Câmara.

Com isto tudo aconselhamos o Presidente da Assembleia Municipal a pedir a demissão porque não se encontra nas condições para prosseguir até ao fim do mandato.”

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu como se segue:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Estão várias pessoas inscritas, com certeza por desatenção do Sr. Deputado Municipal, enfim, não é obrigado a saber tudo, a vida lhe ensinará muito mais se ele para tanto estiver atento, pôs na minha boca afirmações que eu não proferi, eu nunca disse que “não queria estar a incomodar os Deputados” alguém, vi isso escrito, foi imputado, vi isso nos órgãos da comunicação social, eu nunca disse isso. Agradeço-lhe que se silencie enquanto eu falo. Vou continuar, se me permite.

Em relação ao pedido da Assembleia Extraordinária torno a dizer que fiz pública a resposta que foi publicada no mesmo órgão de comunicação social onde era comunicado o pedido da Assembleia Extraordinária.

Eu sei que sempre viveu em democracia, que não soube o que foi a falta da democracia, a sua idade não lho permite, não soube o que foi a ditadura eu sei disso, mas também sei que os democratas, todos nós, precisamos dos jovens e precisamos de lhes transmitir coragem e formação democrática para conseguirem seguir os destinos deste país quando nós já não estivermos.

Para tanto só vos pedimos que tenham paciência e que estudem e estejam atentos porque realmente democracia não é qualquer coisa desorganizada em que todos falam, em que todos querem dizer o que lhes vem à cabeça.

Fiquei preocupado exactamente com a democracia, por isso consultei o Regimento de que me acusa ser desconhecedor, quase me atrevia a perguntar-lhe, mas os exames eu faço-os noutra sitio, não é aqui que o faço, mas quase me atrevia a perguntar-lhe o número do artigo do Regulamento, onde se refere a possibilidades da convocação da Assembleia Extraordinária, e essa Assembleia Extraordinária pode ser convocada a pedido do Sr. Presidente da Câmara, pela Mesa, pelo próprio Presidente ou por um terço dos Deputados eleitos ou por determinado número de eleitores.

Lembro-lhe aqui que esse terço, que eu saiba da minha bancada ninguém foi consultado no sentido de ser pedida a Assembleia Extraordinária, não existiu.

Peço por favor que se silencie, como eu fiz, não quero diálogo e muito menos neste momento e sobre um assunto tão sério.

Nunca vi a democracia em perigo, mas também lhe digo uma coisa, o Presidente da Assembleia Municipal não está ao serviço do Partido Socialista o Presidente da Assembleia Municipal não vai cumprir aquilo que o Partido Socialista lhe mandou, o Presidente da Assembleia Municipal, ao contrário da impressão que têm, mas é natural, as emoções e os sentimentos também têm que amadurecer, é natural, não se ria que é verdade, é neurológico, eu posso-lhe provar isso é ideológico há que ter tempo, vai lá com a sua persistência, e ao não se aperceber, de facto, que havia outras regras, que havia outras possibilidades de salvar a democracia, fez um mau serviço a essa mesma democracia.

Quando faz comparações tem que ter um protótipo, tem que ter um standard, não é que me ofenda e digo-lhe, sinceramente, a minha estrutura de personalidade e de sexagenário permite-me saber perfeitamente o que sou, eu comparo-me com valores standards, com valores morais, com valores éticos, eu não vi que o Sr. me comparasse e me medisse em relação a valores standards, por isso aconselho-o a retirar isso do seu vocabulário e a retirar esse juízo de valor, quase que me atrevia a dizer: Peça-me desculpa pela barbaridade que acabou de dizer.”

Mas não estou satisfeito, estou preocupado ao contrário daquilo que diz, mas não tem culpa, é a imaturidade dos sentimentos.

Estou a dirigir-me a si, não me obrigue a invocar a lei que me permite por cobro a esta discussão por outras maneiras.

Mas quero-lhe dizer mais, estava preocupado, exactamente, com o que estava acontecer, com o desvio de dinheiros e em saber qual o papel da Assembleia, quis saber, exactamente, o que se passava e com



MUNICÍPIO DE POMBAL

certeza que o seu Partido o informou que houve uma conferência de líderes, nós estivemos aqui reunidos porque, implicitamente, existe uma comissão dentro da Assembleia Municipal que é formada pelo Presidente da Assembleia que pode ser, pode agregar a si a Mesa e os líderes de Bancada.

O Sr. Dr. Armindo Carolino, e muito bem, recebeu este meu pedido para a reunião, o Sr. Dr. João Coucelo recebeu este pedido para a reunião e a ambos pedi que se fizessem acompanhar de outros elementos do Partido.

Com certeza que, se o Sr. Tiago lá estivesse, tinha aprendido qualquer coisa, porque eles, pessoas de bom senso que são, compreenderam aflição que nós tínhamos e a preocupação que eu tinha em seguir o que estava a acontecer. Essa reunião aconteceu no dia 2 de Agosto e não aconteceu mais cedo por uma razão muito simples, infelizmente, o Eng.º Fernando Coucelo tinha acabado de falecer e o líder da Bancada do PSD não estava presente, e foi exactamente quando ele chegou a Pombal, na sexta-feira, que eu consegui entrar em contacto com ele.

Isso foi feito, quando recebo um segundo pedido de perguntas do Partido Socialista sobre as questões de desvios continuados de fundos, dirigi de imediato o pedido ao Sr. Presidente da Câmara, mas preocupado, sentindo aquilo que eu gostava que o Sr. também sentisse, ao dirigir o pedido à Câmara também ao Procurador Geral da República e à Polícia Judiciária, mas sempre convicto de que, na Assembleia de Setembro, faltavam trinta e poucos dias, a Assembleia terá a oportunidade de se pronunciar sobre isso e o seu Presidente, de certeza, que iria sair daqui de cara lavada, e não é o Sr. que me vai sujar a cara garanto-lhe, já passei por arbitrariedades e já ouvi palavras muito mais atentatórias à minha dignidade do que aquelas que o Sr. acaba de dizer, mas a mim resta-me a consciência de um dever cumprido.

Da Procuradoria Geral da República, continuo à espera de uma resposta que ainda não apareceu.

Do Director da Polícia Judiciária, três dias depois, tinha cá a resposta que me mandava para o Ministério Público e, do Ministério Público, ainda estávamos no mês de Agosto e para sua informação digo-lhe que gastei as minhas três semanas de férias aqui no Município a resolver estas questões, provavelmente, no momento em que o Sr. esticava a toalha na praia e muito bem, mas tenha cuidado com o sol que ele também o prejudica, o Ministério Público respondeu dizendo “a matéria em causa encontra-se em segredo de justiça”.

Leviandade seria fazer uma Assembleia Extraordinária, o que é que eu adiantava com a Assembleia Extraordinária, a Câmara cumpria o seu dever, os líderes de Bancada em reunião de líderes aperceberam-se que a Câmara cumpria o seu dever, eu estive atento, eu não devo nada a ninguém e muito menos ao Senhor ou ao povo de Pombal a quem sirvo.

Não lhe aceito esses adjetivos que acaba de pronunciar, eu só os admito devido à sua imaturidade psicológica.”

Jorge Cordeiro, cuja intervenção se segue:

“Gostaria também, na sequência do que foi dito na abertura desta Assembleia, de invocar de forma singela os nomes do Engenheiro Joaquim de Almeida e do Engenheiro Fernando Coucelo.

O Eng.º Fernando Coucelo, não conheci, mas qualquer palavra que pudesse dizer ficaria completamente subjugada pela emoção das palavras do meu colega, Dr. João Coucelo, mas poderei dizer, antes de mais, que são estas pessoas que criam em nós, e nas gerações vindouras, grandes responsabilidades.

Sobre o Eng.º Joaquim de Almeida, tive o prazer de o conhecer e tive a honra de ser seu colega como professor, no início dos anos 80.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Conheci-o no final dos anos 70, como Presidente de Câmara, era eu, enfim, um jovem, na companhia dos meus pais, quando as infraestruturas eram apenas uma miragem nas aldeias deste Concelho e em particular, naquela onde hoje ainda vivo, a Aldeia dos Redondos.

Lembro-me da sua porta sempre aberta para os munícipes, no sentido de explanarem os problemas e os partilharem com ele e com a Câmara, foi um exemplo que perdurou, e esse exemplo permite-me dizer hoje algo que é o seguinte:

Se a democracia, depois do 25 de Abril, explanou todas as suas capacidades e explana, então elas são bem visíveis no poder autárquico, e eu não posso, aproveitando aqui a presença de dois Presidentes da Câmara, isto é um pouco à americana, mas é assim, dois Presidentes de Câmara, gostaria, precisamente de fazer aqui um elogio forte ao poder autárquico, visto, muitas vezes, apenas como o poder das rotundas, é uma mentira, porque se a democracia funciona, se o 25 de Abril não falhou, foi precisamente devido ao poder autárquico.

O Eng.º Joaquim de Almeida, nome que eu tive o prazer de conhecer, é, entre outros, um paradigma disso mesmo e o paradigma do novo político, cujo alfobre será, certamente, as autarquias.

Gostaria também de focar um aspecto, e ligando a questão do ensino ao novo mapa de ensino, escolas que fecharam outras que abriram, enfim, essa é uma matéria que já foi discutida e não é por esse prisma que quero abordar esse tema.

Há algo que nós sabemos que é, quando fecha uma escola, um pouco da vida das localidades, perde-se, obviamente, não podemos exigir também aos nossos alunos que sejam eles os responsáveis por dar vida às pequenas terras, não podemos, é uma discussão indeterminável, no entanto, eu tenho, naturalmente, pena, fico triste, por ver pequenas terras, enfim, a desaparecerem aos poucos, sobra no entanto algo nessas escolas que fecharam, que são os edifícios, e os edifícios são mais que quatro paredes, são mais que uma pequena infraestruturas, enfim, que nos faz reportar a uma arquitectura dos anos 50 e que são mais do que isso, são um ponto de referência para as gerações, são, eu diria, a casa do conhecimento.

Eu gostaria de pedir, atrevo-me a dizer pedir, não queria dizer recomendar, que esses edifícios sejam não só preservados mas que ao serem entregues a quaisquer instituições haja um grande rigor nessa entrega, para que esses edifícios voltem a ter vida e voltem a dar vida às aldeias que entretanto a perderam por força da evolução natural.

Gostaria que a Câmara, na pessoa do Senhor Presidente, levasse em linha de conta essa vida que não se pode perder, personificada nesses edifícios que entretanto foram abandonados.

Por outro lado da questão da educação, gostaria aqui de saudar os autarcas, porque muitas vezes os edifícios grandes que se constroem, seja com dinheiros do Governo, seja com dinheiros Camarários, ou com dinheiros Cmunitários, os edifícios não funcionam sem pessoas e muitas vezes, são os autarcas que assumem as responsabilidades de pôr as coisas a funcionar, os Presidentes de Junta no sitio mais recôndito, e portanto, é importante que se diga, que esse papel cabe, obviamente, em primeiro lugar, à política nacional, mas o papel sempre presente que autarcas têm tido para que esses edifícios funcionem e essas casas sejam casas do conhecimento na verdadeira acepção da palavra.

Para terminar, Sr. Presidente, e porque também a hora já vai adiantada, gostaria só, rapidamente, de dizer o seguinte:

Antes de estar nesta Bancada do PSD, estou aqui como Deputado eleito por munícipes de Pombal, poderia estar noutra bancada qualquer, não é isso que está em causa, mas a minha preocupação enquanto Deputado é muito grande com os dinheiros públicos, sejam eles da Câmara, sejam eles de nível nacional e, portanto, eu não posso aceitar que alguém diga que desta Bancada não há preocupação com o percurso dos dinheiros públicos, ou que não há preocupação com a supervisão.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E ela é tão preocupante aqui como quando, enfim, quando há falhas de supervisão também a nível nacional e eu preocupo-me tanto com uma situação como com outra.

Senhor Presidente da Assembleia, quero dizer-lhe que sinto, enquanto Deputado, que o Sr. Presidente desta Assembleia não é desta Bancada ou da bancada do PS, é Presidente desta Assembleia, o mesmo diria ao Dr. Armindo Carolino, pela estima que me merece, embora não nos conheçamos muito bem, se fosse o Senhor que estivesse ali,

É importante saber que ao estarmos nesta Assembleia há uma hierarquia, o Sr. Presidente é Presidente de toda a Assembleia e eu não ficaria contente se fosse só Presidente desta Bancada.”

Vítor Gomes, que usou da palavra como se segue:

“Eu vou fazer uma pequena intervenção sobre um problema que me preocupa e preocupará, com certeza, todos os cidadãos de Pombal.

Todos nós que circulamos nesta cidade e neste Concelho, quer a pé, quer de automóvel, somos diariamente confrontados com os mais diversos obstáculos à circulação de uns e de outros, quer de automóveis, quer de pessoas, e nesta minha intervenção vou apenas debruçar-me em dois aspectos de mobilidade a urbana e a rural.

Como é do conhecimento de todos, a fluidez de trânsito em Pombal, é péssima, as causas são diversas, problemas velhos, ninguém deste Município sabe como resolver e muito menos amenizar os problemas a que me refiro e que são de fácil identificação.

O problema tem, fundamentalmente, a ver com sinalização deficiente, definição de sentido de alguns arruamentos, cargas e descargas de mercadorias, desobstrução e alargamento das principais artérias com saída e entrada na cidade, estacionamento e, por fim, o policiamento.

Vou-me referir, concretamente, a cada um destes pontos dizendo o seguinte:

Na sinalização, qualquer cidadão que entre dentro da cidade de Pombal e se queira dirigir a qualquer um destino, seja ele qual for, vê-se grego para encontrar uma placa que diga para onde é Castelo Branco, para onde é Leiria, Coimbra, etc. Entra dentro de Pombal e fica às cegas, portanto isto diz respeito à sinalização. Todas as indicações de sinalização, quem chega a Pombal, sobretudo quem sai da IC8 nos atiram para o centro da Cidade. O IC8 obriga-nos a vir para o cruzamento da REPSOL quando já devia haver uma indicação que nos mandasse para norte da cidade. Não existe, não sei quais foram as diligências para aí tomadas, se calhar nenhuma, continuamos com o mesmo problema.

Na definição do sentido das ruas, há manifestamente, nesta Cidade, ruas com sentido trocado, refiro-me concretamente à rua de Ansião, quando o sentido devia ser no sentido da saída da rotunda é no sentido de entrada, atrofiando todo o trânsito que vem da Avenida.

A própria Gonçalves Figueira devia de, no meu entender, ter uma saída, ter o sentido ao contrário com saída para Coimbra e evitar que as pessoas que vão para Coimbra chegassem à rotunda dos Correios, tudo atira para o centro da cidade afunilando e entupindo.

Quanto às cargas e descargas de mercadorias, mais uma vez a Rua Gonçalves Figueira é um bom exemplo disso, constantemente camiões de descargas de supermercados atrofiando uma rua já bastante movimentada, devia de existir, neste Concelho, um Regulamento para cargas e descargas de mercadorias que não permitisse que essas cargas, sobretudo, para grandes descargas, fossem efectuadas durante o dia, durante as horas de ponta, é o que acontece, basta ir lá e verificar isso durante o dia.

Desobstrução e alargamento das principais artérias da cidade. É do conhecimento de todos que as entradas, para quem vem de Albergaria, quem vem de Ansião, quem vem dos vários sentidos, o alargamento não existe, o trânsito é infernal, as pessoas estacionam os carros em frente aos



MUNICÍPIO DE POMBAL

restaurantes, entopem ainda mais, sentidos proibidos ninguém respeita, as linhas amarelas muito menos.

Em Pombal, em vez de se alargar essas ruas, entopem-se, basta olhar para o Alto Cabaço, em vez de alargar a rua pôs-se lá um estacionamento para encolher ainda mais, eu até diria e não quero dar conselhos a ninguém, diria ao executivo que mandasse alguém, por exemplo a uma câmara que até é governada pelo PSD, Viseu, e vissem como lá se constroem urbanizações a pensar na mobilidade, como é que se constroem acessos à cidade a pensar na mobilidade. Aprendam alguma coisa lá.

O estacionamento, todos os parques existentes são dentro da Cidade, continuamos a trazer todo o trânsito para dentro da cidade, não há interesse sequer do Município em resolver o problema do estacionamento em áreas periféricas, retirando da cidade o trânsito automóvel e o policiamento, o policiamento que nós vemos é manifestamente insuficiente, não sei se é por falta de polícias, mas com certeza será pela falta de coordenação da Câmara com as próprias entidades policiais que o deviam fazer.

E se no caso da mobilidade automóvel estamos mal então no que diz respeito à pedonal estamos bem pior, neste Município permite-se tudo, deixam-se construir prédios, em ruas apertadas onde nem passeios existem. Basta olhar para a Rua Direita e para aquilo que foi feito recentemente, constroem-se esplanadas fixas em passeios públicos retirando espaço de circulação aos cidadãos, a todos nós, colocam-se passeios de mármore com escadas e rampas de acesso a deficientes em passeios públicos contra tudo o que são regras de segurança. Fecham-se arruamentos de jardins públicos para construir esplanadas para privados e como estas não chegam, em cima da relva, no lugar das flores, plantam-se mais cadeiritas e umas mesas que a relva é para danificar não é para preservar, o que foi colocado junta à farmácia Torres é um exemplo de como nesta terra tudo é permitido, um estabelecimento que sofreu remodelação recente, conforme manda, não digo a lei, mas a mais elementar regra de bom senso, devia de ter e tem que deixar essa rampa para dentro do estabelecimento e não aquela situação deplorável ali encontrada, isto é o claro exemplo daquilo que é permissividade, incúria, incompetência de quem dirige este Município.

Infelizmente, o problema de peões em Pombal, não se resume a estes infelizes casos, em várias ruas desta cidade existem outros obstáculos que atiram os peões para fora dos passeios públicos, pobre do peão, claro, eu pensava que o passeio era para nós, para os peões, mas não, esses passeios, afinal, são para alguns comerciantes colocarem os tanques de vinho, as prensas de água pé, os compressores, as moto serras e outros utensílios, noutras locais, paletes com couves, alfaces, cebolas e afins. Isto é legal? Existem regras? Se é legal não o devia de ser! Se não existem regras, têm que existir. Porque é que não se põe ordem nisto? A Câmara já não o fiscaliza? Ou só o faz quando há denúncias? Qualquer dia ninguém precisa de alugar ou comprar estabelecimentos comerciais, o cidadão chega ali ao passeio com o seu material, faz as suas transacções, é giro, assim é que é bom. Isto no que diz respeito à mobilidade urbana.

Na mobilidade rural, as pessoas do campo, entre as quais eu me incluo, em tempos criavam os seus próprios caminhos, serventias, carreiros para terem acesso aos seus plantios, havia poucas estradas ou nenhuma, enfim, felizmente hoje temos estradas e muitas, para muitos é bom, para outros é mau, para os automobilistas é bom, para os peões, as pessoas reclamam, mas o que é que se pode fazer? Os Engenheiros da Câmara esqueceram-se de colocar as bermas no projecto da estrada e pronto, nada a fazer, as pessoas do campo como eu já não pedem passeios, os cidadãos sim, mas uma bermazita, esqueceram-se foi de a colocar no projecto, uma vez é desculpável mas sempre é inadmissível.

Estes problemas não custam dinheiro ao Município, bastava o bom senso e bastava um pouco de vontade das pessoas para fazer executar estas tarefas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ainda em relação à mobilidade, queria falar sobre o Pombus. Recentemente foram concluídas as obras na ponte das Barrocas e sem aumento de frota era perfeitamente possível esse Pombus prolongar esse seu percurso até à capela do Casalinho dar a volta e passar pelo cruzamento da Melga, em vez de fazer só Flandes e Mouriscas. Isto é uma sugestão.”

Pedro Brillhante, que fez a intervenção abaixo:

“A minha intervenção de hoje relaciona-se com a actividade levada a cabo pela JSD, na tarde do dia 30 de Julho, no Jardim Municipal do Cardal.

Essa actividade, intitulada Experiência Parque Verde, pretendia dar a todos os pombalenses a oportunidade de, por uma tarde, desfrutar das valências e dos espaços, em ponto pequeno, que um verdadeiro parque verde lhes pode oferecer.

Em concreto foram instaladas em pleno Jardim do Cardal algumas das zonas que, na nossa opinião, seriam interessantes inserir na constituição de um projecto deste género, falo de uma zona desportiva dirigida a todas as faixas etárias, de uma zona cultural da qual faria parte uma pequena biblioteca e um local destinado a exposições de pintura, escultura, fotografia e outras formas de arte, e um grande parque de merendas auxiliado por um bar de esplanada, por uma zona infantil e, por fim, uma zona lúdica na qual seria inserido, entre outras valências, um local para espectáculos ao ar livre, seja de cariz teatral, musical ou outro.

Este modelo de parque verde proposto pela JSD, é um modelo de reconhecido sucesso nas cidades em que foi aplicado, sendo os exemplos da Mealhada e de Coimbra aqueles que nos são geograficamente mais próximos e, portanto, de mais fácil constatação.

Senhor Presidente, a JSD congratula-se pelo facto de ter conhecimento de que o Executivo por si dirigido efectuou já o pedido de levantamento da área topográfico da zona da Mata da Rola, com vista, justamente, à instauração de um grande parque verde neste espaço, este é também, e sem qualquer tipo de dúvida, o local que a JSD considera mais indicado para a construção deste projecto sustentada pela sua privilegiada localização e ainda bastante próxima do coração da cidade.

A JSD considera que este é um projecto de interesse estratégico e fundamental para a cidade e, conseqüentemente, para todo o Concelho de Pombal.

Este investimento elevará de forma bastante concreta a qualidade de vida de todos os munícipes, tornará Pombal mais agradável a quem nos queira visitar e mais importante ainda, torna-se mais apetecível aos jovens que se queiram fixar e constituir aqui família.

Gostaríamos portanto, Senhor Presidente, de saber se houve já algum avanço em relação a este projecto?

Para finalizar, dizer apenas que a JSD está hoje como sempre esteve, em busca de soluções sérias e que venham colmatar as reais necessidades da juventude.

Senhor Presidente queremos fazer parte da solução para Pombal, queremos contribuir e colaborar com propostas para que este Concelho possa continuar a sua jornada de evolução, não faremos como os outros que simplesmente apontam problemas ou fantasiaram-nos mas que, por desleixo ou por falta de ideias, não contribuem construtivamente, absolutamente com nada.”

Fernando Carolino, cuja intervenção s segue:

“A juventude Socialista de Pombal apresentou, há já vários anos, uma proposta nesta Assembleia de criação de um Concelho Municipal de Juventude. Praticamente um ano depois das eleições e um ano e meio depois da publicação da Lei ainda não há vislumbre de vontade política para levar o processo a seu fim.

De falta de disponibilidade não se pode queixar a vereação, visto que este dossier pertence a alguém que se dedicaria a isso exclusivamente, duas questões que ficam aqui:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para quando uma actuação concreta e decisiva para acabar com estas indefinições e para quando um Concelho Municipal de Juventude em Pombal?

Numa outra vertente, o Partido Socialista de Pombal apresentou uma proposta pelos seus Vereadores eleitos para ajudar ao desenvolvimento económico do concelho de Pombal que foi rejeitada como, aliás, é norma nesta maioria, mas convém recordar os argumentos alusivos para essa rejeição. A primeira medida desta proposta era a criação de uma agência de investimento centrada num Vereador dedicado ao tema, apoiado por uma equipa de profissionais da economia e gestão de empresas e teria como principal objectivo apoiar a vinda novas empresas e a reestruturação de outras já existentes, facilitando negócios dentro e fora do Concelho, estabelecendo contactos com os núcleos de investigação científica sedeados nas várias universidades que nos circundam, aconselhando no acesso a pacotes de investimento da Administração Central e de Fundos Comunitários.

Na opinião do Partido Socialista a rejeição desta medida é a rejeição das próprias obrigações do responsável político pelo desenvolvimento económico, o que demonstra um claro adiamento do executivo em relação ao que o tecido industrial e comercial pede.

A criação de uma incubadora de empresas seria a segunda medida da proposta do Partido Socialista, vem no programa eleitoral do PSD também, o que só revela o afastamento rápido que a maioria tem em relação às promessas. É aliás uma promessa antiga do PSD em conjunto com o parque tecnológico que tem sido sempre adiado, mesmo com a possibilidade de candidatura a fundos comunitários, como outras obras entretanto iniciadas por este Executivo.

Já não vale a pena perguntar para quando o parque tecnológico, visto que já perguntámos e não obtivemos resposta e pelo que já se percebeu, não é para fazer.

A redução dos preços dos lotes industriais, também previsto na proposta no Partido Socialista não seria uma redução de encaixe para a Câmara Municipal de Pombal, como disse a maioria, é que o encaixe advindo da alienação desses lotes tem sido muito aquém do orçamentado, estamos, portanto, a falar de uma redução de preços para poder vender mais lotes o que, atendendo ao preço proposto representaria uma maior receita para a Câmara Municipal de Pombal para além do benefício económico para o nosso concelho.

A proposta integrava ainda uma medida destinada a criar uma primeira oportunidade de emprego para jovens licenciados nas Instituições Sociais com diversas qualificações profissionais a saber: Assistentes Sociais, Gestores, Fisioterapeutas, Enfermeiros, entre outros. Estes estágios profissionais são muito importantes porque proporcionam o contacto com o mundo do trabalho. Os argumentos da maioria pecam, no nosso entendimento, pelo preconceito que merece uma visão mais alargada, não é pelas propostas virem do Partido Socialista que não devem de ser atendidas, mas esse, parece-nos a nós, tem sido o princípio do PSD.

Ainda assim, seria importante perceber da parte do Executivo o seguinte:

Se as propostas do Partido Socialista são de rejeitar o que propõe fazer o PSD, de verdade, para apoiar empresas, investidores e trabalhadores neste concelho.

Finalmente Dr. João Coucelo, que muito prezo e estimo, levantou ou aflorou aqui um problema, ou melhor, um problema com duas facetas, na primeira fase estamos de acordo, o problema que existe entre o Director de Serviço, Dr. João Coucelo, e o Hospital Distrital de Pombal, é um assunto particular, é um assunto de foro interno e não me vou alargar mais sobre o tema, no entanto, o assunto Hospital Distrital de Pombal, Saúde do Concelho no seu geral, o PS vem lembrar, recordar e congratular-se com os investimentos públicos previstos para a área de saúde no concelho de Pombal e reconhece o grande esforço que os profissionais de saúde e os dirigentes das instituições desenvolveram, tendo em vista a melhoria dos serviços prestados.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por outro lado sublinhamos o interesse manifestado pelas direcções das duas instituições de saúde em reforçar e desenvolver uma maior articulação e energias na saúde no nosso Concelho e, Sr. Presidente, seria de muito nosso agrado que a resposta que veio da ARS pudesse também ter sido distribuída a tempo para que nós, Deputados Municipais, pudéssemos ter o conhecimento intrínseco dessas mesmas respostas, deduzo eu que lá virão, com toda a certeza, algumas respostas aos anseios que nesta Assembleia foram apresentados, quer pelo Senhor, quer também pelo Dr. João Coucelo.

Seria importante, seria bastante satisfatório para nós, para que não ficassem dúvidas de que, efectivamente, a resposta tarda mas é efectiva e, para além de ser efectiva, há a possibilidade de saber se há ou não há indicações positivas para a saúde do Concelho de Pombal, na totalidade das suas vertentes, quer no Hospital de Pombal, quer nos Centros de Saúde, quer nos Cuidados Continuados, quer em todos aqueles problemas que afectam a população do concelho de Pombal.”

Nascimento Lopes, que fez a intervenção abaixo:

“O Dr. Fernando Carolino não me levará a mal se eu citar hoje uma frase sua no Correio de Pombal e o Dr. Fernando Carolino tem aqui um artigo que diz o seguinte: “aprendiz em Pombal de regresso à escola” e faz aqui uma referência grande relativamente às escolas, relativamente aos Pólos, tudo bem, e também chama a atenção de uma situação passada, segundo ele, na universidade de verão do PSD realizada em Castelo de Vide, quando o Padre Lino Maia afirmou o seguinte: “A Igreja precisa muito das mulheres, senão quem é que fazia as limpezas” a frase é dele, então a frase a seguir será minha, acha que a Ministra da Educação se preocupa com isso, é que, infelizmente, as escolas e as pré-primárias abriram sem que houvesse quem fizesse limpeza, aqui nem mulheres havia ara a limpeza e nesta altura ainda não há tarefeiras nem auxiliares de acção educativa, isto é um descalabro e a Educação não pode funcionar assim.

Nós não podemos ver a Senhora Ministra ou o Primeiro Ministro a inaugurarem escolas, dizem eles, modelo.

A preocupação da Senhora Ministra foi fechar 700 escolas, mas não teve a preocupação de resolver o problema dessas crianças que foram transferidas para outras escolas e algumas delas sem quaisquer condições.

Eu lamento que isso aconteça e podem ter a certeza que quem está nesta Freguesia a tentar conciliar a limpeza nas escolas, em colaboração directa com os agrupamentos, somos nós, Junta de Freguesia. Espero que a Senhora Ministra tome de imediato a noção exacta de que esta situação não pode prolongar-se por mais tempo, já que, quem sofre com isto não são só as crianças mas sim quem lá trabalha e, acima de tudo, quem lá ensina.

Queria também dizer-lhes que, infelizmente, quando se fala em simplex neste País, estamos a tratar de complex e assim é tudo mais difícil.

Como sabem há no desemprego na ordem das 650.000 pessoas, há Centros de Emprego disponíveis para que essas pessoas possam ir trabalhar para autarquias ou instituições. A Junta de Freguesia de Pombal todos os anos tem requerido ao Centro de Emprego de Leiria 8 Senhoras para emprego de inserção, fê-lo também este ano e fez a candidatura em 22 de Julho, mas por incrível que pareça alteraram todo o sistema e então agora é aos Serviços Centrais do Centro de Emprego, ou seja, passou tudo para Lisboa. Daquilo que eu sei é que tinham um mês para se pronunciarem relativamente ao deferimento ou não da candidatura, estamos em 30 de Setembro e essa candidatura foi aprovada no dia 20 de Setembro e só a partir dessa data é que o Centro de Emprego de Leiria tem capacidade e resposta para nos dar.

É óbvio que eu precisava dessas senhoras no dia 13 de Setembro e tive que admitir 6 Senhoras para que pudesse iniciar o ano lectivo sem qualquer problema.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu agradeço ao Dr. Adelino Mendes que também teve a sua interferência nesta questão, mas no fundo, as coisas não correram bem, as Senhoras não vieram, deram-me agora resposta que vão ceder 8 Senhoras mas eu agora já não preciso de 8, prejudicando financeiramente a Junta de Freguesia. No entanto quero dizer-lhes que, quando se fala na questão do simplex, eu considero muito honestamente, e tenho-o dito várias vezes, que tudo isto não passa de um terrível complex.”

António Carrasqueira, cuja intervenção se transcreve:

“Algumas palavras que eu queria dizer foram ditas pelo meu colega, Nascimento Lopes, de qualquer forma sempre tenho que dizer alguma coisa.

Temos o nosso País de tanga, mas o Concelho de Pombal não está de tanga e não está de tanga porque no âmbito da Reestruturação do Parque Escolar, foram construídos seis Pólos Escolares, entre os quais o de Abiul, que bastante me apraz, aqui, registar e sei que há projectos em curso para mais duas ou três Freguesias e isto obrigou a um esforço tremendo da Câmara, não obstante as verbas serem do QREN a Câmara tem que fazer face à parte que lhe cabe e é uma boa parte e se a Câmara não tivesse capacidade para corresponder a essas participações, certamente que essas obras não seriam construídas.

Quero com isto dizer, e corroboro o que o meu colega disse, que a Senhora Ministra lançou cá para fora o fecho de escolas, primeiro com 10 alunos, depois com 20, mas fechou-as de qualquer maneira e a Câmara e as Juntas que resolvam os problemas.

A par das obras que se fizeram e que são um exemplo, o Concelho não parou.

Continua-se a construir com o apoio da Câmara de Pombal a nova sede da Junta de Freguesia, um novo Centro de Saúde, foi aberta uma rua que proporciona estacionamento e embelezou a sede de Freguesia de Abiul e orgulho-me de ter um Pólo Escolar, ele foi visitado pelo Senhor Vereador Dr. Adelino Mendes com outros membros da Bancada do PS, apesar do Dr. Armindo Carolino não tenha ido visitá-lo para que pudesse comparar e ver a diferença entre a escola velha onde ele fez a instrução primária e esta, é uma diferença como a noite do dia.

É evidente que eu fui dos resistentes ao fecho das escolas tradicionais, e fi-lo porque entendia que as populações perdiam alguma coisa com isso, mas perante o espectro de ter aquilo ou não ter nada pressionei a Câmara e fui atendido, o Pólo Escolar foi construído e agora estou satisfeito.

Devo dizer que não sendo machista nem feminista, na verdade, naquela escola trabalham lá 15 mulheres e não anda lá nenhum homem, mas também não estou a ver nenhum homem a aquecer a comida às criancinhas nem a pegar na vassoura e tirar as teias de aranha, apesar de não ver nisto mal nenhum.

O problema está, efectivamente, nos encargos que tivemos que assumir com duas viaturas de 9 lugares, tive que assumir a aquisição de mais duas, porque tenho aldeias a 14 km de distância e os autocarros não passam, mais o combustível, mais as motoristas, mais os seguros, mais a manutenção, e isto traz-me um encargo de € 153.068,00 e isto para uma Junta com um FEF de € 60.000,00 onde vai que vai buscar o resto.

Agora põe-se o problema das auxiliares de limpeza e com muita pressão lá se arranjou uma Senhora que lá vai fazer umas horas e outra que faz metade num lado e metade no outro, saem as leis, não se preocupam com isso e depois é o salve-se quem puder.

Não obstante eu quero salientar que o Centro Escolar de Abiul foi uma boa obra e espero que mais Centros sejam construídos para bem das nossas crianças e do nosso Concelho.”

Carlos Cardoso, que fez a intervenção abaixo:

“Venho falar aqui no Centro Escolar da Redinha, como não podia deixar de ser, que é, senão a melhor, uma das melhores obras que se construiu na minha Freguesia e que vem colmatar, de alguma



MUNICÍPIO DE POMBAL

forma, algumas lacunas que as escolas antigas tinham e que vem dar oportunidade a todos os alunos, sem excepção, de usufruírem de todas as tecnologias que hoje estão na moda, como os quadros interactivos, biblioteca, o refeitório, o gimnodesportivo e para uma melhor gestão da autarquia em termos tanto humanos como materiais, é nesse sentido que eu queria, aqui, agradecer publicamente ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, o esforço financeira que fez para a nossa comunidade e dizer que continue a investir nas Freguesias porque estamos no bom caminho.

Rodrigues Marques, cuja intervenção se transcreve:

“Eu gostaria de reiterar todas as palavras que o Dr. João Coucelo disse relativamente ao Senhor seu irmão, Senhor Eng.º Fernando Coucelo.

O Senhor Eng.º Fernando Coucelo foi líder da Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal e eu noto, com muita tristeza, que nenhum dos seus Deputados fez alusão à sua passagem por esta casa.

O Jorge Cordeiro já referiu a bondade do Senhor Eng.º Joaquim de Almeida, eu já aqui disse também que o Senhor Eng.º Joaquim de Almeida, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Pombal, teve, para além da gestão diária em que não havia dinheiro, fez a ligação rodoviária entre todas as Freguesias, foi ele que começou a constituir o Parque de Máquinas da Câmara, foi quem iniciou as obras de captação de água para a Cidade de Pombal, no Ourão, por tudo isto, eu gostaria que também ficasse registado o meu apreço pelo Senhor Eng.º Joaquim de Almeida e pela Senhora sua esposa, D. Arminda, que deram, o seu melhor em tempos maus, em prol do Concelho de Pombal.

Fico triste também pelo que o nosso companheiro, Tiago Galvão, disse relativamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, subscrevo rigorosamente todas palavras que o Dr. Grilo disse e peço ao Tiago que faça uma introspecção daquilo que afirmou. Eu estou certo, tanto quanto o conheço, que não foi ele quem escreveu aquele texto, mas foi ele que o leu.

Relativamente aos Centros Escolares, eu fico triste e fico contente, também.

Fico contente porque a Câmara Municipal agarrou os Centros Escolares que estão neste momento em execução, no dia 5 de Outubro vamos inaugurar o de Albergaria dos Doze, a Escola Secundária, o da Redinha e o dos Vieirinhos. São obras que ficam e que marcam uma geração e as pessoas que, na altura, tomaram essas decisões.

Fico muito triste, pela trapalhada do Governo que já teve dois ou três programas impostos à Câmara e que acabam por não aparecer em lado nenhum, quer o Senhor Secretário de Estado quer o Senhor Ministro dos Transportes, às 10h, às 15h30, ao meio-dia.

Resumindo, eu vou ter inaugurado o meu Centro Escolar de Albergaria dos Doze, com muita honra, e não sei a que horas, nem quando, nem quem é que lá vai.

Também gostava que ficasse registado, para memória futura, que apesar da minha Junta de Freguesia ter um orçamento esquelético, somos nós que nos estamos a substituir ao Ministério da Educação.

A Escola Pré-Primária está a funcionar em pleno, em colaboração com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal, relativamente à Escola Primária, a Junta de Freguesia, com o seu esquelético orçamento, teve que se substituir ao Ministério, porque se a Junta de Freguesia não conseguisse arranjar pessoas para coadjuvar as pessoas quer nos acompanhamentos quer nas limpezas, a escola pura e simplesmente não abria.

Eu queria que ficasse aqui registado que a paupérrima Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze se substitui ao gigante Ministério da Educação em coisas tão mezinhas, como são a limpeza e um contínuo.”

Pedro Murtinho, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Vou fazer só um pequeno desvio daquilo que me traz aqui para partilhar um pouco do conhecimento que tenho sobre Conselhos Municipais de Juventude, respondendo aqui ao Dr. Fernando Carolino. Como dirigente associativo que sou, tive a oportunidade de reunir, no início do ano, com o Vereador do Pelouro, Dr. Pedro Pimpão, para discutir um projecto do futuro Regulamento do Conselho Municipal de Juventude e, se não me falha a memória, foi discutido em reunião de Câmara de Julho, último, o Projecto de Regulamento, no entanto foi dado um adiamento porque foi constituída uma Comissão na Assembleia da República, por representantes dos vários partidos políticos, para alterar a legislação dos Conselhos Municipais de Juventude, pelo que o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Pombal será colocado a votação, a partir do momento em que essa legislação entre em vigor.

Passando ao que me traz por cá, venho falar sobre a Revisão do PDM de Pombal.

Como todos sabemos, encontra-se em curso o seu processo de revisão, um processo iniciado há dez anos, tendo este Executivo abdicado, muito recentemente, dos serviços da empresa contratada para o efeito e pouco fez, em dez anos, para concluir o processo.

Tarde, mas em boa hora, esta Câmara puxou para si as rédeas da Revisão do PDM, criando para o efeito uma equipa de trabalho com técnicos da Autarquia, tendo sido já criado, por despacho do Senhor Presidente da CCDR Centro publicado em Diário da República, em 8 de Junho deste ano, a respectiva Comissão de Acompanhamento.

Para elevar o grau de exigência e eficácia de todo este processo, o Município de Pombal remeteu à CCDR uma proposta de Comissão da referida Comissão de Acompanhamento composta por 30 entidades onde se inclui um representante da Assembleia Municipal.

Tendo sido eu o eleito desta Assembleia para a representar nessa mesma Comissão, quero aqui informar que decorreu, na CCDR em Coimbra, no passado dia 22 de Setembro, a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento onde estive presente e onde estiveram também presentes nove técnicos da nossa Autarquia, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Narciso Mota, e o Vereador do Pelouro do Ordenamento, Dr. Michäel António.

Esta foi a primeira de mais quatro reuniões temáticas que irão decorrer até ao final deste processo previsto para Setembro de 2012.

Esta primeira reunião serviu essencialmente para que os técnicos da nossa Autarquia apresentassem o estudo de caracterização do nosso Concelho bem como a metodologias e programas de trabalho da Revisão do PDM, assim como do respectivo cronograma, que se espera que venha a ser cumprido na íntegra tendo como meta Setembro de 2012 para se ver publicado em Diário da República o novo PDM de Pombal.

Quero aqui dar os meus parabéns a esta equipa de trabalho que foi criada, estes nove técnicos essencialmente, e que apresentou estes estudos de caracterização do nosso Concelho, pelo excelente trabalho apresentado, trabalho esse altamente elogiado por todas as entidades presentes, inclusive pela Senhora Presidente da Comissão de Acompanhamento, o que só nos dá vontade de dizer que, realmente, somos de Pombal.

A ver pelo que vi, nesta reunião, o forte empenhamento e profissionalismo da equipa técnica da nossa Autarquia, a colaboração dada pelas Entidades que compõem esta Comissão de Acompanhamento e até mesmo a colaboração que outras Entidades do nosso Concelho e as próprias Juntas de Freguesia possam vir a dar, estou certo que o resultado final do novo PDM de Pombal, irá ao encontro dos anseios de todos os pombalenses.”

Guilherme Domingues, que fez a intervenção abaixo:

“Três temas para este debate.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O primeiro deles tem a ver com as acessibilidades das Freguesias do Sul do Concelho de Pombal, nomeadamente, parte de Pombal, Santiago de Litém, Albergaria dos Doze e S. Simão de Litém.

Em Assembleia anterior trouxe aqui a questão do comportamento do empreiteiro na questão do redimensionamento dos pontões na Estrada Nacional 1.6. Ao fim de dez anos depois da Estrada ter sido desclassificada, os pontões estão concluídos, efectivamente é uma melhoria em termos de acessibilidades para estas Freguesias do Concelho de Pombal.

Não deixo, no entanto, de sublinhar que, de facto, para a execução destes pontões, o referido empreiteiro tenha usado caminhos municipais, os tenha danificado e não os tenha reparado tendo, para além disso, cometido ainda actos do género de tapar buracos com saibro misturado com cimento, para que os buracos fossem diminuídos.

A Estrada da Remessa a Santiago de Litém necessita de uma requalificação urgente, a Estrada do Sourão a Moutinhas e Andrés necessitam de uma reparação urgente, ambas as vias são extremamente importantes, necessitam de saneamento básico, trabalhos que têm que ser feitos.

A Estrada das Moutinhas é utilizada de forma demasiado intensiva por parte das empresas que exploram a pedreira no alto das Moutinhas, a Junta de Freguesia estabeleceu, por diversas vezes, contactos com estas empresas no sentido de elas próprias custearem a repavimentação desta Estrada, nunca o conseguimos.

O Município não tem lançado mão daquilo que era uma prerrogativa legal, que era estas Empresas pagarem pela extracção dos inertes, mas o Município tem capacidade negocial e eu acho que deve negociar com estas empresas e estas estradas têm que ser requalificadas, este é um assunto que o Município tem que chamar à ordem do dia e estas duas vias têm, forçosamente, que sofrer uma intervenção urgente para que as pessoas tenham outro tipo de condições.

São duas estradas para que chamo a vossa atenção. A Junta de Freguesia já conversou com os proprietários confinantes, temos condições para proceder ao redimensionamento destas vias e avançar com este trabalho, mas não o podemos fazer sem Saneamento.

Uma outra questão que eu queria trazer aqui tem a ver com património.

Há pouco, e já aqui, recebi uma chamada telefónica do Museu de História Natural de Lisboa, durante o passado mês de Abril, tivemos no lugar de Andrés a 4.ª campanha de escavações nas jazidas jurássicas. Aquilo que vos quero dizer é que, amanhã vem a Andrés uma televisão generalista Espanhola fazer uma reportagem, acompanhada de técnicos da maior dimensão a nível Mundial, acerca desta jazida.

Trago este assunto para dizer que ele também não deve ficar atrás do biombo e deve, efectivamente, ser valorizado. É património do Concelho de Pombal que deve ser valorizado.

Nós temos na Casa da Cultura de Santiago de Litém, com todo o investimento feito pela autarquia, parte desse espólio e não pensem que é fácil ter ali nem que seja um dente de um desses fósseis, não é fácil convencer os diversos técnicos e as diversas instâncias, nomeadamente ao nível de Lisboa e das Universidades Espanholas, ter material desse em Santiago de Litém, temo-lo lá em condições muito humildes, é uma porta, é o não abandonar este tipo de matéria, matéria que eu entendo que poderia ser um projecto ancora para o desenvolvimento do Concelho de Pombal, e muito particularmente, para aquela zona.

Quem quiser debruçar-se um pouco sobre isso veja o que se passa no resto do mundo acerca desta temática, os Museus de dimensões brutais, a afluência turística, comercial, e não só, que é feita ao redor destes pólos de desenvolvimento. Acho que este recurso deveria ser aproveitado.

Quero trazer também aqui uma outra questão.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O terreno onde estas escavações têm sido feitas, é terreno particular, e eu não posso deixar de trazer aqui um enaltecimento aos proprietários deste terreno que poderiam perfeitamente ter pegado nestes fósseis, tê-los guardado na garagem e terem dito que ali ninguém mexe porque é meu ou então que tinha que se pagar.

A realidade é que estas pessoas que pretendiam construir uma casa naquele local não construíram a casa, não têm usufruído do terreno ao longo destes anos e, ciclicamente, lá vem mais uma campanha de escavações.

Nesta campanha, os especialistas avançaram numa nova direcção, em termos de trabalhos, direcção essa que veio confirmar a potencialidade desta jazida e as proporções que ela pode assumir e eu lamento que aquele património não ganhe, de facto, outra dimensão e continuarei a lutar para que haja condições e isto tenha outra dimensão.

Quero dizer também que o reforço do meu agradecimento aos proprietários daquele terreno deve ser sublinhado porque foram pessoas que prescindiram de tudo para que, efectivamente, se pudesse avançar um pouco mais, em termos de ciência e em termos de património.

A última questão tem a ver com o ambiente. Pegando ainda na questão das pedreiras de que estava a falar há pouco, que têm planos de lavra e de não sei o quê, que efectivamente não cumprem, venho aqui enaltecer a acção do Município que, conjuntamente com o Instituto Geológico e Mineiro ou a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, foi possível concretizar três candidaturas no âmbito do Município de Pombal para a requalificação de pedreiras e para a sua recuperação e reutilização, enquanto espaços públicos.

Esta intervenção, é uma intervenção significativa, são três pontos, um em Claras – Carriço, um em Ramalhais – Abiul e em Santiago de Litém.

Estas três antigas pedreiras, porque se localizam em espaços públicos, o Município de Pombal teve a capacidade, em articulação com a empresa que referi, de lançar estas candidaturas e que estes projectos fossem, efectivamente, contemplados.

Não posso deixar de salientar isto. Três espaços que estavam abandonados, que estavam desactivados, que eram um monte de entulhos ou de lixos e que agora passam a ter outro tipo de utilização, num caso será meramente florestal, nos outros dois será de utilização pública, para as pessoas poderem usufruir de espaços que hoje têm uma imagem negativa.

São três exemplos, creio que há outros, mas indo por este caminho o Município de Pombal está de parabéns.”

Leovigildo Fernandes, cuja intervenção se segue:

“Permitam-me que, em função das últimas informações que tenho tido desde a última Assembleia Municipal até esta data, comungue convosco três sentimentos que interiorizei, um de tristeza, um de revolta e outro de satisfação, para além de comungar aqui do que foi dito pelos meus colegas autarcas pelo estado a que o País chegou, pelo estado a que o Ministério da Educação chegou, pelo esforço que os autarcas estão a fazer, quando o único agradecimento que têm, da parte do Governo, é serem considerados como boys dos Partidos. Isto é revoltante.

O sentimento de tristeza é que mais uma vez a Linha do Oeste foi esquecida.

A Linha do Oeste é um marco importante na economia da Região Centro e do País, está neste momento com um desempenho excelente mas, mais uma vez, quiçá por questões políticas, voltou a ser esquecida.

O sentimento de revolta prende-se com o facto da informação que chega à Comunicação Social, por parte do Governo. Não há sombra de dúvida que o nosso futuro é triste.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós vemos cortar indiscriminadamente os apoios às Autarquias, nomeadamente o Fundo Financeiro das Juntas de Freguesia que condiciona a actuação no apoio ao munícipe, por outro lado vemos esbanjar milhões de euros no apoio à Banca e a outras Empresas que abrem falências de forma fraudulenta, mas são apoiadas pelo estado. Vemos reduzir o corpo humano de apoio às escolas mas não vemos reduzir o número de Deputados à Assembleia da República. Vemos cortar e congelar os vencimentos da função Pública, mas não vemos, a exemplo do governo Espanhol, reduzir o vencimento dos membros do Governo. Vemos condicionar o transporte das crianças que são colocadas nos Centros Escolares, mas vemos estender o apoio ao transporte de todos os membros do Governo, inclusive, com motoristas privados. Vemos reduzir o subsídio familiar mas não vemos condicionar outros apoios dados a outras instituições nem vemos criar um valor fixo para as reformas máximas a nível nacional.

É inadmissível que seja sempre o pequenino a pagar a factura. Reduz-se tudo o que existe a nível do cidadão humilde, deixou de haver classe média e passou a haver apenas a classe rica e a classe pobre e este é o princípio de um Governo que vai ficar para a História como o Governo que acabou com a classe média.

Por outro lado, fico extremamente satisfeito pelo esforço que a Câmara tem feito nos últimos tempos, nomeadamente, no Parque Escolar, penso, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, que o vosso desempenho, mais uma vez, é reconhecido pelo cidadão comum que conta sempre connosco porque continuamos a ser as duas últimas portas a que podem recorrer para qualquer tipo de apoio, porque os Organismos da Tutela estão fora de questão.

Em meu nome pessoal e em nome das crianças da Freguesia do Carriço, fica um agradecimento do coração pelo apoio a nível da área da Educação por parte do município.

Também me sinto feliz e satisfeito, porque, ao fim de 8 anos de termos uma concessão de Praia, em que a Câmara Municipal sempre nos apoiou, terminou no passado dia a concessão de Praia no dia 15 de Setembro, aquando do final da época balnear e, felizmente, não reportámos qualquer acidente grave, o que é extremamente importante, tendo em conta todo o trabalho e esforço que foi desempenhado.

Não posso deixar de referir aqui, também, o desenvolvimento que a Praia do Osso da Baleia teve de há 13 anos a esta parte, na altura com o meu antecessor Eng.º Manuel Carreira, que, desde essa altura, em sintonia com o Município de Pombal, conseguimos desenvolver.

Apraz-me também referir, aqui, que recentemente fui chamado a atenção para algumas frases colocadas num qualquer blogue do Concelho de Pombal, que em nada enaltece os seus intervenientes, sobre a Praia do Osso da Baleia, e de forma incorrecta e não democrática colocarem em dúvida a democracia do acto eleitoral dos cidadãos pombalenses que têm, felizmente, autonomia para escolher os seus líderes políticos e é anti democrático que pessoas, até com canudos, coloquem rótulos com adjectivos impróprios, mas o canudo não é sinónimo de inteligência, não é sinónimo de formação cívica, nem é sinal de educação, estes são princípios que nascem e se desenvolvem com as próprias pessoas.”

Joaquim Branco, que disse o seguinte:

“Comemoramos os 100 anos da República e conta-se que o rei D. Carlos quando vinha das suas actividades lúdicas, quando chegava a Portugal dizia que estava a chegar à piolheira, e a República insurgiu-se como um regime para dar razão ao povo e acabar com a aristocracia, assim como antes a própria Monarquia Liberal acusava a Monarquia Absolutista de corrupta, de controladora e de manipuladora.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ontem ouvi uma notícia de que o IVA iria passar para 23%, já encerraram mais de 50% de cerâmica e se calhar vão encerrar mais, o sistema de IVA de carrossel é vulgar e normal, a própria brigada fiscal que foi incorporada na GNR diz que não tem meios para fiscalizar, o IVA, em Espanha, mesmo com o aumento que teve é muito mais baixo.

Ouvi o Senhor Primeiro Ministro falar como se ouvia aqui há uns anos um certo político, que falava numa televisão a preto e branco, que iria falar para salvar o País, mas não o ouvi dizer que iria extinguir Institutos Públicos com membros e camaradas do Partido que recebem salários acima dos € 5.000,00, não o ouvi dizer que iria extinguir centenas de Fundações Públicas, não o ouvi dizer que iria proibir que os motoristas de Ministros levassem os seus filhos ou familiares às escolas, não o ouvi dizer que iria proibir a aquisição de BMW's M5 que custam € 150.000,00 ou carros de 200 ou 400 mil euros como os que fazem parte da frota do Governo, que iria proibir que alguns membros do Governo fossem dar aulas à Universidade conduzidos pelo motorista, que iria proibir qualquer ajuda de custo, que iria reduzir qualquer percentagem sobre os próprios assessores.

Mais uma vez, como dizia D. Carlos, é piolheira o povo que se lixe, vai pagar a crise mais uma vez, sem uma medida concreta do sector produtivo Nacional.

Há uns tempos recebi uma coisa curiosa, um Senhor de mais de 90 anos recebeu uma coima de € 25.000,00 por ter um porco numa casa longínqua, numa aldeia, que rejeitava algumas águas degradadas pelo bordo da parede com mais de 100 anos. Como é que é possível termos políticos destes que vêm dizer que vão lançar medidas para salvar o povo e uma mera irregularidade ou falha destas vê aplicada uma coima deste valor, sem atender a se há ou não poluição, quando há milhares de fábricas poluentes no País.

Fico preocupado com o rumo e a debanda nacional, Pombal tem aldeias muito bem equilibradas mas, durante o dia, se formos verificar, se calhar 70% a 90% das empresas de construção civil trabalham em França, em Espanha, na Holanda e na Bélgica e estes são problemas que vão afectar o Concelho de Pombal, mas são responsabilidades do Governo.

Fico também extremamente preocupado com a falta, por parte do Governo, de fiscalização do chamado Rendimento de Inserção Social. Todos nós pagamos impostos e há pessoas que trabalham 24 horas que ficam chocadas quando vêem pessoas com o Rendimento Social de Inserção, que têm duas identidades e recebem dois rendimentos mínimos, um em Pombal outro no Porto, pessoas que recebem o Rendimento Mínimo e são traficantes de armas.

A segunda questão é sobre a acusação que foi feita de que nenhum membro da Bancada do PSD se preocupou com uma ilicitude criminal. Não admito que ninguém me acuse a mim, mais sendo advogado que não estou colado a nenhum "tacho governamental", vivo individualmente, criei a minha própria clientela e trabalho com honestidade e jamais iria ser cúmplice da violação do segredo de Justiça nem vejo aqui ninguém com formação policial para interferir nos meios policiais, nomeadamente Polícia Judiciária, que usa escutas telefónicas, a longa distância, e outros meios, que, não obstante se falar que havia uma responsabilidade política, isso não interessa, as realidades não são feitas de conclusões e adjectivos mas de factos e os factos estão em segredo de Justiça, e nenhuma responsabilidade política irá prescrever após o inquérito a que todos terão acesso e aí poderão extrair as certidões que quiserem e requeiram, mas não induzam que qualquer membro desta Assembleia Municipal venha a ser cúmplice, eu nunca aceitarei isso.

Para terminar só gostaria de dizer que conheci pessoalmente o Eng.º Joaquim de Almeida e do que ele fez, sendo Engenheiro de Minas e vindo de uma ex-colónia, foi um homem com vistas longas para Pombal e considero-o como tendo criado o Parque de Máquinas o grande timoneiro e o primeiro revolucionário na estruturação de Pombal e, no mandato seguinte, sendo uma pessoa sem manha



MUNICÍPIO DE POMBAL

política, não usou a manha usada pelo adversário, mas foram os projectos dele que foram seguidos e levaram Pombal para o progresso que nós conhecemos.”

Manuel António, que disse o seguinte:

“Eu queria apenas dar nota de um acontecimento importante que ocorreu já este mês de Setembro na zona Oeste, que orgulha, certamente, todos os pombalenses e que presta um serviço público de voluntariado. Os Bombeiros Voluntários de Pombal têm uma nova casa, o Quartel abriu as suas portas no dia 12 de Setembro e os Bombeiros que utilizavam umas instalações provisórias cedidas gratuitamente pela família Serra, mudaram de instalações.

Tivemos a oportunidade, não como a imprensa de Pombal erradamente escreveu “200 pessoas na inauguração”, porque ultrapassou as duas mil, mas mais do que isso queria aqui manifestar publicamente o agradecimento a todas as Entidades envolvidas, à população, aos empresários e destacar o papel imprescindível e fundamental do Município de Pombal no financiamento daquela obra.

Recordo que o Estado português, como já ouvimos aqui mais uma vez o Estado português não esteve presente, não está ali um cêntimo do Governo, mas dos dinheiros dos impostos de que a Câmara faz a gestão.

Destaco, obviamente, o papel do homens que fizeram parte da Comissão Instaladora e da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Pombal, mas principalmente o papel da Câmara em nunca desistir de uma ideia fundamental de melhoria da protecção civil ao nível do Concelho e com o Quartel da 5.ª Companhia Oeste prestam-se, hoje, muito melhores serviços ao nível do socorro, quer na saúde quer ao nível do combate aos incêndios.

Relativamente à Linha do Oeste, tal como o Presidente da Junta do Carriço já referiu, é lamentável que aquela Linha não veja qualquer investimento, há anos, estava quase para ser requalificada e é um desperdício não se fazer, porque era um corredor que poderia servir vários Concelhos do Oeste como Torres Vedras, Bombarral, Óbidos, Caldas da Rainha, Nazaré, Alcobaça, Marinha Grande, Leiria, Figueira da Foz, Coimbra. A Linha Oeste é isto e serve também Pombal na Guia e no Carriço servindo como um transporte alternativo ao veículo automóvel.

Vou convidar todos os presentes a assinar uma petição que tenho nas mãos no sentido de sensibilizar quem nos governa para considerar a possibilidade de requalificar essa infraestrutura no sentido da sua duplicação, electrificá-la e corrigir o traçado de forma a que a circulação dos comboios rápidos de passageiros inter-cidades e um serviço de mercadorias eficiente funcione e que seja possível fazer a viagem da Guia a Lisboa em pouco mais de uma hora e meia, o que era muito interessante acontecer para bem do ambiente.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, como se segue:

“Permitam-me que seja dispensado de me referir a qualquer um de vós e que diga telegraficamente o seguinte:

Em relação às Parcerias de Regeneração Urbana que estão candidatas e aprovadas ao POVT, vão permitir que a nossa Cidade, incluindo o Alto Cabaço, a Estrada 237, algumas ruas da Cidade, o Castelo e outros prédios que vão ser construídos e reconstruídos, fique mais qualificada e as ruas estreitas continuam a manter a sua história, com os prédios devidamente alinhados, obedecendo a requisitos urbanísticos e não a sugestões de leigos nessa matéria.

Relativamente ao acesso a uma farmácia, a obra surgiu clandestinamente, foi solicitado que entrasse na Câmara o devido projecto de licenciamento e o processo foi indeferido porque, efectivamente, não obedecia aos requisitos legais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quanto à mobilidade urbana e à sinalética, há um projecto de 2004 e dentro de mês e meio ou dois meses iremos ter outro projecto que também tem a ver com a qualificação urbana e, com certeza, que também irão ser rectificadas determinados sentidos de transido e sinais, de acordo com o redimensionamento que algumas ruas vão ter em termos de estacionamento e qualificação.

Em relação ao Conselho Municipal de Juventude, o Senhor Vereador não lhe deu andamento por saber que na Assembleia da República está eminente uma alteração à Lei que levará à criação de um Conselho com a participação de todas as sensibilidades políticas do nosso Concelho.

Quando se fala do pólo tecnológico, na promoção do desenvolvimento económico e se argumenta que se devia reduzir o preço dos terrenos por m², eu informo que os preços no Parque Industrial Manuel da Mota, há 20 anos era de 250\$00, passou a 500\$00, depois a 1.000\$00, mais tarde a 1.500\$00, passou para € 10,00, depois para € 12,50 e agora é a € 15,00.

No Parque Industrial da Guia temos um investimento superior a € 6.000.000 de euros, vendemos 76.000 m² a € 15,00/m² e vamos ter lá mais um investimento de € 2.000.000 de euros para o poder viabilizar.

No Louriçal, comprámos terreno, as infraestruturas vão custar muito dinheiro, o projecto está em andamento, os lotes vão ali estar muito tempo a € 15,00/m² e iriam ficar o mesmo tempo se o terreno passasse para metade conforme proposta apresentada e que foi recusada para que não se criem injustiças, em relação àqueles que já estão instalados e àqueles que se estão a instalar.

Em relação às zonas verdes, eu quero dizer que nós temos o Parque Verde Ribeirinho que vai entrar em concurso, aguarda parecer da REN, o Parque da Fonte da Charneca também aguarda parecer da REN e da Administração Regional Hidrográfica, a Mata da Rola que tem 96.000 m² está limpa a expensas da nossa Câmara, os proprietários são diversos, vamos ver se conseguimos alienar esse terreno por um valor justo, é zona verde e há-de manter-se.

Penso que os pombalenses sabem aquilo que querem, conhecem as obras, a transparência deve existir e a competitividade também.”

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Desvio continuado de verbas de uma conta do Município de Pombal.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito os seguintes membros:

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“Francamente pensei que este tema seria abordado com um pequeno esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara. Penso que há alguma informação que tem vindo a ser veiculada pelos órgãos de comunicação social e que nos tem chegado, mas, eventualmente, haverá aqui Deputados que possam não ter conhecimento desses factos e teria sido interessante começarmos a abordagem por aí.

De qualquer forma, eu gostaria de começar a minha intervenção lamentando o facto de, só hoje, ter sido satisfeito o pedido que formulámos em 9 de Agosto deste ano, a propósito desta matéria, onde formulámos uma série de questões e também pedimos o fornecimento de alguns documentos que considerávamos fundamentais para a discussão deste assunto, resposta que, só hoje, nos foi aqui apresentada e na qual verificamos que Vossa Excelência se escusou exactamente no segredo de Justiça, agarrando-se a pareceres que obteve, assim como a respostas de algumas Entidades, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

referem ao segredo de Justiça, no âmbito do processo criminal, bem como ao carácter secreto dos processos disciplinares.

Permita-me, em primeiro lugar, discordar com isso, porque o objectivo do requerimento apresentado pelo Partido Socialista não era conhecer a matéria criminal constante dos autos do processo-crime, nem tão pouco conhecer a matéria constante do processo disciplinar.

As nossas perguntas são muito objectivas, são muito directas, e prendem-se com outras questões, questões essas que entendemos que não têm qualquer carácter secreto e mais adiante verão que a maior parte delas podiam ser formuladas em qualquer altura do ano, por qualquer Deputado, e esta informação teria de ser obrigatoriamente prestada a qualquer um dos membros da Assembleia que as formulasse, portanto, não vejo que estas questões que estejam a coberto do segredo de Justiça. Admito que haja alguns documentos de que nós pedimos cópia e que possam estar a coberto do segredo de Justiça e, em relação a esses documentos, não nos iremos pronunciar, mas de qualquer forma gostaria de traçar aqui um breve quadro cronológico desta situação.

Começo por dizer que, certamente, é do conhecimento de todos, que a Bancada do Partido Socialista formulou, no final de Julho de 2010, imediatamente após a descoberta desta situação, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, que, no uso dos seus poderes, ordenasse a convocação de uma sessão extraordinária – e aqui esclareço que não foi ao abrigo da tal alínea b) do regimento que prevê que 1/3 dos Deputados a possam convocar, porque o pedido não foi formulado nesses termos, o pedido foi formulado, exactamente, para que o Senhor Presidente, no uso dos poderes que o Regimento lhe confere e se entendesse que se tratava de matéria que justificasse a convocação dessa sessão extraordinária, o fizesse. O objectivo que apontámos nesse nosso requerimento era exactamente a designação de uma Comissão de Inquérito, a qual teria como objectivos principais fiscalizar a observância dos procedimentos de controlo interno da Câmara e as matérias conexas, para apuramento das inerentes responsabilidades decorrentes daquele desvio.

Quando nós falamos de responsabilidades, evidentemente, não falamos das responsabilidades criminais do autor confesso do crime, porque essas responsabilidades estão a ser apuradas por quem de direito, nós, com certeza, não temos essa competência nem esse poder.

Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia informou que entendia que não era oportuno agendar a mencionada sessão extraordinária; que o nosso pedido tinha um cunho que considerava partidário e desaconselhável para a investigação que estava em curso; que estava satisfeito com as informações que lhe tinham sido apresentadas em reunião extraordinária de Câmara; e que estava confiante que as autoridades tudo estavam a fazer para que o assunto fosse investigado até àquilo que seria conveniente e que é esperado por todos nós e que, portanto, entendia não dever fazê-lo. Adiantou ainda que iria reunir com os líderes das bancadas, a fim de lhes apresentar mais alguns elementos relativos a este caso.

Eu estive presente nessa reunião de líderes que teve lugar, creio, no dia 2 de Agosto e que considerei bastante importante, até porque nos foram prestadas uma série de informações e até exibidos alguns documentos que também nos permitiram esclarecer algumas dúvidas que tínhamos.

Após a mencionada reunião, outras dúvidas se suscitaram e, na sequência disso, formulámos o pedido das tais 23 questões e pedimos alguns documentos.

Nessa reunião, em suma – o que considero que é importante para esta nossa discussão de hoje -, foi-nos prestada a informação de que era o Sr. Vítor, que era angariador do BPI, que fazia a reconciliação bancária daquela conta que não servia para fazer pagamentos – apenas para receber dinheiro dos consumos de água e outros - e que era movimentada apenas para fazer transferências ocasionais sempre que necessário, sempre de quantias certas, por cheque.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Disseram-nos ainda que o valor do desfalque ascendia a cerca de € 526,000,00 e que os movimentos relacionados com os desvios tiveram início em Dezembro e terão terminado em Julho, inclusive com movimentos a crédito do autor do desvio.

Disseram-nos ainda que o desvio das verbas foi feito por várias vezes, existindo vários movimentos a débito e alguns a crédito e muitos desses movimentos de quantias superiores a € 15,000,00.

Disseram-nos também que, inicialmente, havia apenas dois utilizadores e que a conta apenas permitia fazer consulta tendo, mais tarde, a Câmara pedido ao BPI o aumento do número dos utilizadores e ainda a possibilidade de movimentar essa conta, mas que nunca veio, ou pelo menos a Câmara nunca teve conhecimento, a resposta a esse pedido; as senhas nunca chegaram e não havia extractos bancários daquela conta.

Disseram-nos ainda que o desvio foi descoberto na sequência de uma nota falsa que foi depositada nesta conta e que, o Banco, como a isso é obrigado, teve de dar conhecimento à Polícia Judiciária e, conseqüentemente, à Câmara, com vista a determinar quem havia sido o autor da entrega dessa nota falsa.

Acrescentaram ainda que a Norma de Controlo Interno exigia uma segunda reconciliação bancária – creio que a informação que nos foi prestada foi que seria feita de três em três meses – e que, na verdade, não foi feita, neste período de tempo.

Referiram também que a Câmara levou a cabo uma série de diligências no sentido de obter o reembolso da quantia desviada, designadamente, foram intentadas Providências Cautelares e que a Câmara ainda se encontrava a intervir junto do Banco que considerava ter violado procedimentos a que estava obrigado.

Desta informação, e sem outras, decorrem várias conclusões.

A primeira é que a Norma de Controlo Interno falhou durante, pelo menos, sete meses; que existem claramente responsabilidades administrativas que se prendem com o controlo da movimentação das contas bancárias do Município e com a reconciliação bancária de quem tinha essa função; com a gestão documental – uma vez que nem havia extractos -; com o controlo do cumprimento da Norma de Controlo Interno; com a gestão contabilística – parece que ninguém controlava ninguém – e há ainda responsabilidades políticas que se prendem designadamente com a organização e coordenação dos serviços; com a segregação de funções; com a supervisão da gestão financeira e com o acompanhamento do sistema de controlo interno.

Foi a conjugação de todas estas falhas – pelo menos é este o nosso entendimento – ou, parafraseando um membro da bancada do PSD, de uma cascata de falhas, que permitiu que um funcionário da Câmara desviasse uma enorme soma de dinheiro, de uma conta da Câmara, durante, pelo menos, sete meses. Não fosse a nota falsa e, se calhar, ainda não se tinha descoberto.

A Bancada do Partido Socialista não pretende apurar a responsabilidade criminal dos agentes, como já se disse, ou a técnica do BPI, se a há ou, até, saber do andamento dos processos disciplinares, porque tais responsabilidades estão a ser averiguadas por quem tem essa competência.

A função desta Bancada é somente fiscalizar a actuação da Câmara em toda a factualidade que descrevemos e apurar as responsabilidades administrativas, financeiras, disciplinares e políticas que daí possam decorrer.

Como já se teve oportunidade de referir, a Assembleia Municipal não se pode limitar a receber informações parcelares da Câmara, relativas a irregularidades no funcionamento dos serviços municipais, porque isto constitui uma perigosa inversão do funcionamento dos órgãos autárquicos, ferindo o princípio da independência dos mesmos e, por isso, e porque entendemos que grande parte das questões que formulámos naquele requerimento não estão a coberto do segredo de Justiça,



MUNICÍPIO DE POMBAL

gostaríamos, novamente, que o Senhor Presidente prestasse informações ou esclarecimentos sobre as seguintes situações:

- *A conformidade do sistema de controlo interno com a lei e sobre as desconformidades que foram identificadas na prática vigente do Município;*
- *Quem eram os responsáveis pela verificação do cumprimento do sistema de Controlo Interno nos anos 2009 e 2010;*
- *Quem eram os responsáveis pelo Pelouro Financeiro nos anos 2009 e 2010;*
- *A realização de auditorias ao cumprimento da norma de controlo interno;*
- *Os procedimentos seguidos para a movimentação das contas, incluindo os movimentos on-line;*
- *As circunstâncias em que foi movimentada a conta associada aos desvios, desde a data de abertura da mesma;*
- *Os procedimentos seguidos para as reconciliações bancárias e confronto com a contabilidade municipal;*
- *Exigindo a lei duas assinaturas na movimentação das contas, e ainda a intervenção de uma terceira pessoa nas reconciliações bancárias, as irregularidades nos procedimentos internos que, durante meses, permitiram o exercício continuado da actividade criminosa;*
- *A existência de normas internas que garantam a segregação de funções em matéria de arrecadação de receita, tesouraria, pagamentos, movimentação de contas e reconciliações bancárias e sobre as circunstâncias em que foram violadas essas normas;*
- *A possibilidade de serem feitos pagamentos por via electrónica, inserindo uma única palavra-chave e procedimentos adoptados para repor a legalidade;*
- *A ausência de necessidade de, ao longo de vários meses, recorrer ao saldo desta conta;*
- *Apurar se a Câmara era conhecedora, antes da descoberta desta situação, de que o Sr. Vítor seria angariador do Banco e se a Câmara autorizou a acumulação dessas funções;*
- *E - confirmando-se a informação que foi divulgada, segundo a qual os primeiros desvios foram efectuados em Dezembro de 2009, sendo uma obrigação do auditor externo proceder às reconciliações bancárias no final do ano económico, está em causa o parecer do mencionado auditor, relativo à conta de gerência de 2009 e bem assim a certificação legal das contas – as medidas já tomadas e a tomar para corrigir irregularidades verificadas e, ainda, sobre a possibilidade da prática de outros desvios em outras contas do Município.*
- *Como é que, se não havia extractos bancários daquela conta, o auditor fez a reconciliação bancária, em Dezembro;*
- *As medidas correctivas que entretanto foram tomadas ou adoptadas pela Câmara para o cumprimento das disposições legais, de modo a acautelar a segurança dos dinheiros públicos, no Município de Pombal.”*

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

“Efectivamente, nós tivemos, na sequência de um conjunto de notícias públicas sobre a prática destes actos de desvio de fundos da Câmara Municipal de Pombal, a identificação do autor, que ficou em prisão preventiva.

Ignorávamos, com certeza, como é que tudo isto podia acontecer e, como é compreensível num processo destes, há organismos que são responsáveis pela instauração dos processos de averiguação do ponto de vista criminal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Teve conhecimento de algumas das circunstâncias que levaram à descoberta destes actos, a participação destes factos ao Ministério Público é conhecida e, quando é sugerida uma Assembleia Municipal extraordinária – estávamos no princípio de Agosto, com o processo a decorrer há pouco mais de quinze dias, foi objectivo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, convocando os líderes de Bancada e responsáveis da Câmara – neste caso, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Diogo Mateus que estiveram presentes –, prestar alguns esclarecimentos possíveis sobre o andamento das investigações, de forma a que não se partisse, de imediato, para um organismo paralelo, para fazer, no fundo, um processo de inquérito aos procedimentos da Câmara, com certeza que esse processo de inquérito estava já implícito em boa parte das démarches tomadas pelos organismos responsáveis pelas averiguações dos actos praticados.

Na altura, disse que era extemporâneo; que a Assembleia Municipal tem o dever de fiscalizar os actos da Câmara, mas que seria prudente esperar pelo avançar das investigações para se poder tomar posições relativamente a este facto e, também disse na altura, que também estava preocupado, como qualquer cidadão está, em tentar perceber como é que uma situação destas pode ocorrer dentro de um organismo certificado nos seus procedimentos administrativos, como é que uma situação destas pode acontecer nesta Câmara Municipal, uma das primeiras a ser certificadas neste país. Como é que isto pode acontecer numa Câmara que todos nós conhecemos e que, felizmente tem tido, até agora, a preocupação da boa gestão dos dinheiros públicos? E disse-o na altura, até pela demonstração de resultados que os Senhores conhecem e pelo seu grau de endividamento.

Estava preocupado, mas disse que, naquele momento, avançar com uma coisa destas é fazer apenas um aproveitamento político-partidário da situação. Disse-vos isto, claramente, e não estou arrependido de o ter dito.

Aliás, a Dra. Odete Alves deixou implícito, numa boa parte das suas afirmações, que está preocupada com tudo, mas, acima de tudo, que está preocupada com as responsabilidades políticas que estão inerentes a estes factos e eu compreendo isso.

A oposição está a usar do seu direito de oposição, mas logo uma Comissão de Inquérito, já estava mais preocupada com isso do que com a averiguação, porque para essa nós não temos competência e quem tem que a fazer são os instrumentos que a Lei prevê para essas averiguações, aí, já estava a conotação político-partidária, claramente à frente de todos os outros interesses, como é óbvio.

Nessa reunião foi compreendido, por quem lá estive, o que é que estava aqui em causa e muitas das perguntas que aí estão, infelizmente, têm a ver com algumas coisas que se trataram nessa reunião e que deviam ter ficado no recato, no meu entender, relativamente a todo este processo.

É evidente que o Senhor Procurador Geral da República já respondeu e os Senhores têm aí uma cópia, mas se fosse para responder a todas estas perguntas, como ele demorou dois anos para tentar convocar uma pessoa para responder a 27 perguntas, sobre 23, provavelmente, iria demorar outros tantos.

De qualquer das formas queria-vos dizer que concordo que haja aí perguntas que, objectivamente, têm resposta, e tem resposta em sede de qualquer um de nós, os Senhores podem consultar esses documentos todos, bastando que os peçam ao Executivo, e, portanto, muitas dessas perguntas têm resposta imediata, sem precisar de vir aqui. Portanto, eu concordo que é preciso responder a um conjunto de questões que aí estão, como por exemplo a Norma de Controlo Interno, mas, neste momento, entendendo que é possível obter as informações que não colidam com o segredo de Justiça, perante os pareceres que ouvi, sobre esta questão, prefiro abster-me de mais comentários, embora querendo ver respondidas uma parte das questões que a Dra. Odete Alves inventariou.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quanto ao parecer do auditor externo, por acaso, apercebendo-me dessa situação, logo quando vêm os primeiros conhecimentos, é evidente que não me parece que o auditor externo venha a estar por muito tempo a trabalhar para esta Câmara, como é óbvio, e isso é uma proposta natural, decorrente, parece-me a mim, da omissão. Mas podemos nós duvidar dos auditores? A senhora está a pedir auditorias. Podemos nós duvidar do funcionário com determinadas responsabilidades na Câmara e em relação a quem as coisas sempre correram bem? É evidente que, agora, vamos estar todos sobre suspeita relativamente a estas questões.

Por outro lado, isto também é mais fácil de acontecer nas Câmaras que têm dinheiro, não é nas Câmaras que estão endividadas e que não têm dinheiro nenhum à sua disposição e, portanto, é um problema que não acontecerá na maior parte das Câmaras deste país.”

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Em política existem responsabilidades inerentes às funções que se desempenham.

Na vida também existem tais desideratos e, se cada caso é um caso, o que hoje se analisa e procura entender é a vertente política do acontecimento em causa.

Nesse sentido há, em nossa opinião, aspectos fundamentais que envolvem a questão de debate, que devem ser esclarecidos pelos responsáveis políticos do PSD. É nesse sentido que conduzo esta minha intervenção.

Procuram entender, pombalenses em geral e o Partido Socialista, como é que estão organizadas e coordenadas áreas fundamentais para quem quer dirigir os destinos do Concelho como o nosso.

Colocada em causa encontra-se a organização e a coordenação dos serviços da Câmara e, em particular, da Secção de Tesouraria.

São responsabilidades assumidas, de todo, pelo PSD, em funções de liderança da Câmara e que têm como figura de proa o Senhor Presidente da Câmara.

Que credibilidade se pode ter numa organização como aquela que agora “ficou a nu”, com este caso? Quem são os responsáveis por implementar essa organização e coordenação dos Serviços da Câmara Municipal?

Membros desta Assembleia, meus Senhores, minhas Senhoras, a premissa esquecida com todo este aspecto assenta numa e só uma realidade, expressa nas várias vertentes de Lei e que estatui que os titulares de órgãos, funcionários e agentes são responsáveis pelos danos que resultem de acções ou omissões ilícitas, por eles cometidas com dolo ou com diligência e zelo manifestamente inferiores àqueles a que se encontram obrigados em razão do cargo que exercem.

Objectivamente existem violações sistemáticas desses diplomas legais, começando logo, em primeira instância, pelo POCAL, quer nos seus processos contabilísticos, quer no controlo interno executado nos Serviços desta Câmara.

À Lei das Autarquias Locais, na vertente da responsabilidade política do Executivo, no Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, com a violação generalizada do dever de zelo.

À Lei das Finanças Locais, com a ausência de certificação legal das contas.

Tudo o que anteriormente foi mencionado só aconteceu porque, em abono dos acontecimentos ocorridos e do conhecimento geral, que nos leva a crer a existência, de que há fortes indícios, de uma má eficiência de gestão organizativa e ausência de controlo e coordenação do serviço visado.

Há pois, em nossa opinião, a real e efectiva necessidade de apurar os responsáveis políticos daquela acção ocorrida.

O que me entristece bastante é, desde logo, a facilidade de se acusar, de imediato, terceiros, procurando fugir às responsabilidades políticas, óbvias, de quem se coloca a jeito para as ter.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Há somente, para nós, um responsável político neste acontecimento e as suas reais consequências, sendo esse responsável o Senhor Presidente da Câmara de Pombal.

Apelar à transparência, ao rigor e a uma boa gestão financeira, à saúde financeira da Edilidade, não chega. Em bom abono da verdade há que também verificar a segregação das competências.

Aqui, mais uma vez, em nossa opinião, entra a responsabilidade administrativa em todas as suas implicações, direitos e deveres que advêm do estatuído no Direito Administrativo vigente, e que colocam em causa os métodos, os responsáveis, as tomadas de decisão e as suas respectivas consequências.

Existe no sistema de hierarquia administrativa uma real e efectiva ligação entre o responsável político e a responsável administrativa de um órgão político, nomeadamente, a Edilidade de que se faz menção, a nossa Câmara Municipal de Pombal.

Sobre esse responsável, eleito democraticamente, existem obrigações adjacentes da gestão, quer ela seja administrativa ou política, e que são inerentes do cargo que ocupa. Se as há para o bem também existem para o mal. Neste caso, urge e devemos apurar essas mesmas responsabilidades, e é para isso que estamos aqui.

Quem era o responsável político ou responsáveis do controlo administrativo pela área onde ocorreu este acto que agora se analisa? Quem é o autor das mesmas e que meios são utilizados para verificar se funcionam dentro da regularidade e legitimidade a que se sujeitam?

Contudo, ainda existem mais vertentes que se verificam como necessárias para obter o bom rigor numa gestão dita responsável e transparente.

Em primeira análise, a supervisão da gestão financeira da Câmara Municipal de Pombal, essa mesma que agora é colocada a nu, com este caso, e que aqui se discute, chegando mesmo a ser apresentadas e aprovadas contas e relatórios, auditados e certificados por Técnicos competentes, quando há graves lacunas da mais elementar contabilidade. Ai, questiono:

Como foram realizadas as reconciliações bancárias das contas em apreço?

Como é que é possível ter passado em claro aos responsáveis supervisores tais graves e inexplicáveis lacunas?

Finalmente, existe uma Norma de Controlo aprovada, se sim, e estou bem a crer que sim, é um instrumento de supervisão e controlo obrigatório.

Qual foi a aplicabilidade desta em todo este processo?

A terminar, nestas muitas dúvidas que nos assaltam, referir a falta notória e evidenciada, ao longo desta impensável mas real descoberta, de um acompanhamento e avaliação técnica dos serviços e, em muito particular, aquele que está directamente ligado a este caso, o Serviço de Tesouraria?

Como foi possível que em espaço temporal, creio eu pela informação prestada, de seis meses, nunca se tivesse detectado uma lacuna tão imensurável de movimentos de dinheiro naquela Tesouraria?

Como é que foi possível, ou é possível, fazer uma gestão de Tesouraria com base no telefonema e na informação verbal?

Verificamos que, efectivo acompanhamento do Serviço de Tesouraria, não houve. Será que há agora?

Verificamos que não existiu uma avaliação técnica rigorosa do Serviço de Tesouraria, continuamos a questionar: Será que há agora?

Como é que se pode entender que este pormenor simples tenha passado aos responsáveis directos e indirectos, no que toca ao sector vital desta Câmara Municipal, a Tesouraria.

Concluindo, quem são os responsáveis directos da Tesouraria? Que responsabilidades, neste caso em particular, lhes são assacadas?



MUNICÍPIO DE POMBAL

Meus Senhores e minhas Senhoras, Senhor Presidente da Câmara, nos lugares políticos e públicos, a ingenuidade é algo que se paga muito caro, nas eleições ou no manchar da honra e dignidade pessoal.

Se o admitir o erro for a forma de encarar este problema, será então com expectativa que vou aguardar a resolução do Senhor Presidente da Câmara de Pombal.

Já agora, Senhor Presidente, não se deixe embevecer pelo caminho mais fácil que normalmente é aquele que menos agradável se torna no futuro.

No presente, e perante este facto, deverá aferir das ilações necessárias que o caso merece e de acordo com a sua consciência, tomar a posição que melhor se encontrar às responsabilidades que por si e pelo PSD foram assumidas após a tomada de posse do cargo que ocupa.

Razão havia para que o Partido Socialista tivesse requerido uma Assembleia Municipal extraordinária ao Senhor Presidente desta Assembleia, mesmo sabendo, de antemão, que estava o Partido Socialista em minoria, numa putativa Comissão de Fiscalização, no mínimo, o que se tinha obtido era o registo que esta Assembleia tinha cumprido o papel para que está destinada, fiscalização. Tal não foi permitido e, tal escusa levou a um descrédito total, por parte dos eleitores, no relevante papel de que todos nós, sim, todos nós membros desta Assembleia, somos obrigados a defender.

Fica o amargo de boca nesta recusa sistemática do cumprimento das funções a que estamos destinados, no muito que se podia ter evitado, no muito que poderia ter sido esclarecido a seu tempo, a política local podia ter dado provas de sentido de responsabilidade, contudo, é uma lição que nos fica e talvez tenhamos aprendido algo para o futuro, poderá servir de referência do que não se deve fazer, em nome da democracia vigente.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

"A Dra. Odete Alves fez uma explanação relativamente às informações que ela tinha e tenho que dizer que as informações que ela tem são mais do as que eu tenho, porque as que eu tenho são só da Comunicação Social, e é às vezes, porque por vezes zango-me com a Comunicação Social e não leio, é a minha forma de protesto.

A Dra. Odete Alves poderia ter dito que a Bancada do Partido Socialista tem duas cabeças, porque o nosso líder da Bancada do PSD foi sozinho e o Partido Socialista foi acompanhado, não tenho nada contra mas têm que assumir que tem duas cabeças.

Todos nós sabemos que, mercê do número de eleitores, passámos de sete elementos no Executivo, para nove. São elementos que têm responsabilidades iguais e, portanto, eu não consigo entender como é que o Sr. Deputado Dr. Carolino vem dizer que é o PSD.

Colocar de fora parte do Executivo é segregar um membro de um Órgão Colegial.

Se me disseres que foram todos enganados. Foram, sim Senhor. Foram todos. Há questões políticas. Sim Senhor, todos têm responsabilidades políticas e os Vereadores do Partido Socialista, por não terem cores e não estarem a exercer funções dentro da Câmara, não lhes retira responsabilidades, se não soubessem faziam o favor de se informarem.

Eu já estive naquele lugar, quem estava à frente do Executivo era o Senhor seu pai, e nós tentávamos saber coisas através dos meios mais mirabolantes. Eu agarrava na mota, metia o capacete na cabeça, ia ver onde e o que é que estava mal feito, ninguém me conhecia, e na reunião de Câmara seguinte, como se costuma dizer, “picava-lhe os miolos”. Era isso que eu fazia, e fazia-o a bem do Concelho de Pombal. Utilizei estratégias, utilizei tácticas, mas nunca recusei as minhas responsabilidades, enquanto membro do Executivo e os Senhores Vereadores do partido Socialista estão no mesmo Barco.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente ao ROC, falhou em toda a linha. Fui eu que escrevi no dia 17 de Julho, às 9H30 da noite e, portanto, assumo aquilo que escrevo, porque há aqui situações, umas por acção outras por omissão.

Aqui, há apenas a questão política, porque de todo o resto, corremos o risco desta gravação ser solicitada pelo Ministério Público e correr o risco de ser incomodados.”

João Coucelo, que fez a intervenção abaixo:

“Perante as palavras do Fernando Carolino eu não posso ficar calado. O Fernando Carolino tem o direito de fazer as perguntas todas, tem o dever de as fazer, não tem é o direito de fazer sobreposição, digamos, daquilo que são as responsabilidades das diferentes entidades.

O Fernando Carolino acusa, julga e condena. Não tem o direito de o fazer, depois passa um atestado de irresponsabilidade aos membros que não aceitaram a realização da sessão extraordinária, quando está mais que demonstrado que era uma perfeita estupidez naquela altura, do ponto de vista das averiguações, não do ponto de vista político-partidário, que era o que queriam.

Quem anda na política há pouco tempo, naturalmente, tem pressa em mostrar trabalho e resultados. A Assembleia está hoje, aqui, a funcionar, e está a cumprir o seu papel, tanto é que já ouviu a sua afirmação, e tudo aquilo que o Senhor esteve a dizer pautou-se, pura e simplesmente, pela condenação e pelo “rolar de cabeças”, que é o que lhe interessa, pouco mais lhe interessa, claramente, e isso está bem espelhado na intervenção.

A Dra. Odete Alves colocou questões objectivas, as que são mais directamente possíveis de se dar alguma resposta e que se incluem nas tais 23 perguntas enviadas à Assembleia Municipal e ao Senhor Procurador Geral da República.

Esteve aqui, na Câmara, quando tudo isso aconteceu, o IGAL. O Senhor acha que o IGAL deixa passar isto ao lado? O Senhor quer fazer o papel do IGAL? Quer fazer o papel da Polícia Judiciária? Queria fazer o papel do Ministério Público? Não. Para as questões políticas nós podíamos esperar e estar aqui, hoje, a discutir essas questões se é que elas existem.

O Senhor já disse que há um culpado que é o Senhor Presidente da Câmara, não é preciso dizer mais nada.

Fernando Carolino, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Eu cinjo-me às palavras do Dr. João Coucelo, no sentido de lhe dizer que eu não julguei, eu não condenei, eu não fiz nada do que o Senhor colocou na minha boca, única e simplesmente aponte, na minha e na opinião da Bancada do PS, o responsável político desta situação.

Se o Senhor entende que há aqui uma condenação política, seja, mas com toda a certeza que esse julgamento político não vai ter um tempo de espera necessário, ou igual, àquele que a Justiça irá ter ao longo desse processo, porque para aí, como diria um amigo meu, são outros 500.

A mim pouco me importa, neste momento, se a Justiça está a ser célere, se a Justiça vai ser demorada, o que é que vai acontecer relativamente a isso, a responsabilidade política que eu aqui venho defender, é aquela que o povo de Pombal votou num mandato a que eu pertença. Assim, eu tenho toda a legitimidade para questionar politicamente quem está do outro lado da barricada e, do outro lado da barricada politicamente, volto a referi-lo, pode, quer, ou não responder.

Há duas facetas aqui. Uma que pode ser responsabilizada politicamente e pode responder politicamente, sobre essas situações, e outra que tem o dever de questionar. Ninguém me vai ouvir dizer que quero saber como é que está o processo judicial, agora, toda a gente me vai ouvir dizer e ler que, politicamente, as responsabilidades que o PSD de Pombal tem, neste momento, na Câmara Municipal de Pombal, devem ser respondidas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

São mais de 526 mil euros que foram desviados do erário público da Câmara Municipal de Pombal, há responsabilidades políticas inerentes de todo um colégio que se chama PSD e que é liderado por alguém que se chama Narciso Mota, e será o Senhor Presidente da Câmara de Pombal que, se assim o entender, politicamente, poderá dizer: Meus amigos, eu fui enganado, como todos foram enganados, ou dizer outras coisas, como: Efectivamente, falhámos.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Este problema que eu reputo de grande preocupação, de muita indignação, de muita revolta, mas também me consternou como nenhum assunto ao longo da minha vida, quer seja profissional, quer seja política, nada me consternou, preocupou e tirou o sono como esta situação.

Lamento profundamente que Deputados que são juristas, que são empregados bancários, que conhecem a problemática de uma ferramenta que os Bancos utilizam e que é a Net Empresas, tenham escrito nas Farpas, tragam trabalho de casa a pôr em causa a integridade, a honestidade e a humildade do Presidente da Câmara, pondo em causa a sua isenção e a sua competência.

Aquilo que se passou nesta Câmara, onde existia uma D. Dina, Tesoureira, que já o era há 17 anos, quando cheguei a esta Câmara, a D. Prazeres no Serviços de Contabilidade, o Dr. Joaquim Alberto que está na Contabilidade e que era Superior Hierárquico desse funcionário com 33 anos de casa, o Dr. Agostinho Lopes que era Director do Departamento, numa Câmara certificada, quase com 500 colaboradores, e com um Presidente que diariamente recebia, no seu Gabinete, a reconciliação bancária das contas de seis ou sete Bancos.

Eu, aos 18 anos, fui para Lisboa com o Guilherme Santos, para fazer exame de admissão ao Instituto Industrial, não fui admitido porque eram 600 concorrentes e havia pouco mais de 100 vagas.

Respondi a um anúncio para trabalhar numa empresa do Champalimaud, como desenhador de máquinas.

Frequentava as aulas, à noite, no Instituto Industrial, quando saí de lá para a tropa. Estive 7 anos na tropa como Oficial Meliciano, fui louvado na Região Militar de Moçambique, pelo General Caísa de Arriaga, vim para a Escola Prática de Infantaria onde estive seis meses e fui louvado pelo Director que era um Brigadeiro, dali fui para o Colégio Militar, onde estive quatro anos, e fui ali louvado duas vezes como Tenente Miliciano, e, quando vi a indisciplina militar, saí. Respondi a um anúncio e fui trabalhar para a Empresa de obras públicas do Bento Pedroso, como Director de Equipamentos.

Estes foram os únicos anúncios a que eu respondi em toda a minha vida profissional. Saí dali para a Tecinter, por convite, onde estive dois anos. Saí para a Construterra por convite, a ganhar mais, saí dali, por convite, para o Grupo Lena onde estive 5 anos como Engenheiro Mecânico e saí de lá, por convite, para uma multinacional, os Estabelecimentos Manuel Ferreira, saí porque fui convidado para me candidatar e ganhei as eleições, para vir para a Câmara.

O Senhor Dr. Fernando Carolino está empregado num Banco que tinha um negócio muito mal feito, em termos de empréstimo, com esta Câmara. Nós pagámos e fomos buscar um empréstimo mais competitivo.

O Banco BPI tem lá três empréstimos, um que ainda não se levantou e os outros dois por terem sido ganhos por concurso e com o visto do Tribunal de Contas.

Este Banco utilizou a ferramenta Net Empresas, o funcionário era colaborador desse Banco e a Judiciária apercebeu-se porque foi encontrar isso numa gaveta.

O funcionário fez as transacções através do computador, sem ser nada assinado. Essa conta era movimentada apenas por cheque, assinado por duas pessoas. Esse banco chegou, inclusive, a aceitar depósitos do funcionário para que houvesse ali dinheiro para fazer face aos pagamentos dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

empréstimos. Como é que foi possível que um Banco aceitasse dinheiro dele para depositar numa conta do Município, sem alertar ninguém?

Espero que ninguém, aos 64 anos passe pelo que eu estou a passar, porque eu podia ser considerado como negligente e teria que recorrer aos meus bens pessoais, se eu fosse responsabilizado assumia a responsabilidade, porque, qualquer Presidente de Câmara do País, podia evitar esta fraude, nem com certificação nem com Norma de Controlo Interno, nem com nada.

Quando um empregado bancário que é jurista, diz que o Presidente da Câmara tem responsabilidades, é um demagogo que será sempre incompetente e é preocupante ver jovens destes à frente de qualquer Instituição, porque têm que crescer muito, como pessoas.

O Senhor, que está num Banco, se um colega desviar dinheiros do Banco, os colegas são responsabilizados por isso? A Administração é responsabilizada por isso? Eles é que têm que ser responsabilizados profissionalmente?

O funcionário tem 33 anos de serviço, na altura havia muita gente que o via a gastar muito dinheiro na noite, mas só depois de descoberta a fraude é que vieram dizer o queriam.

O Dr. Joaquim Alberto e a D. Prazeres descobriram a fraude por volta do meio-dia. Eu encontrava-me no Alentejo e, ao chegar a Pombal, às 20H00 fui confrontado com esta situação.

Chamei, de imediato, os meus Vereadores e a minha Chefe de Gabinete, a quem solicitei que fizesse um ofício para a Judiciária e que diz:

“Para os devidos efeitos, comunico a V. Ex.^a que, no dia 16, o Sr. Dr. Joaquim Alberto e a D. Prazeres tiveram conhecimento, cerca do meio-dia, que o Sr. Victor Manuel da Conceição Leitão desviou desta Câmara, em proveito próprio, mais de € 500.000,00.”

Telefonei para um advogado de Leiria e mandei dois Vereadores à Judiciária.

O funcionário telefonou-me às 10H00 da noite e o número foi, de imediato, comunicado à Polícia Judiciária. Ele foi ouvido e recomendado para não mexer em conta nenhuma, mexeu no sábado, mexeu na segunda-feira e foi apanhado em flagrante delito.

Comunicámos a tudo. Está aqui uma síntese:

“Em 16 de Julho de 2010, foram detectados pelos Serviços Municipais, os desvios de verbas de uma conta bancária titulada em nome do Município de Pombal, desvios esses concretizados por um funcionário do Município, Victor Manuel da Conceição Leitão, comunicados ao Presidente pelas 20H00, tendo tais factos imediatamente sido denunciados à Polícia Judiciária, cerca das 22H30, junto da Polícia Judiciária de Coimbra.”

Marcou-se logo uma reunião extraordinária, para o dia seguinte, e a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta no sentido de:

- 1. A instauração de procedimento disciplinar contra o referido trabalhador, nos termos do disposto no artigo 41.º, n.º 3, do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008 de 09 de Setembro, porquanto os factos de que o trabalhador é indiciado são susceptíveis de constituir fundamento para aplicação da pena de demissão por facto imputável ao trabalhador, nos termos do disposto no artigo 18.º, n.º 1, alíneas c), m) e o), do mesmo diploma legal.*

Acresce que, os factos em causa são passíveis de ser considerados infracção penal, nomeadamente crime de peculato, previsto e punido pelo artigo 375.º do Código Penal, tendo este Município dado conhecimento dos mesmos à Polícia Judiciária (Unidade Orgânica de Coimbra), em cumprimento da obrigação legal estatuída no artigo 8.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008 de 09 de Setembro.



MUNICÍPIO DE POMBAL

2. *A suspensão preventiva do exercício das funções do trabalhador Vítor Manuel da Conceição Leitão até à decisão do procedimento, pelo facto da presença daquele se revelar inconveniente para o serviço e para o apuramento da verdade material, sendo susceptível de prejudicar a instrução do processo, nos termos do disposto no artigo 45.º, n.º 1, do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008 de 09 de Setembro.*

A suspensão preventiva do trabalhador é admissível, por força do preceituado artigo 45.º, n.º 2, porquanto os factos de que o referido trabalhador é indiciado são susceptíveis de constituir fundamento para aplicação da pena de demissão por facto imputável ao trabalhador, nos termos do disposto no artigo 18.º, n.º 1, alíneas c), m) e o), todos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008 de 09 de Setembro.

Por outro lado, os factos em causa são passíveis de ser considerados infracção penal, nomeadamente crime de peculato, previsto e punido pelo artigo 375.º do Código Penal, tendo este Município dado conhecimento dos mesmos à Polícia Judiciária (Unidade Orgânica de Coimbra), em cumprimento da obrigação legal estatuída no artigo 8.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008 de 09 de Setembro, da qual resultou o processo com o n.º 374/10.5JACBR.”

Foi ainda decidido, pelo Executivo, elaborar o seguinte comunicado, com vista a ser enviado para os Órgãos de Comunicação Social:

“O Município de Pombal detectou ontem, dia 16 de Julho de 2010, cerca das 20 horas, desvio de dinheiros públicos de uma conta bancária de que é titular e cujo montante ainda não se encontra apurado, tendo procedido de imediato à participação desse facto às autoridades competentes para averiguações.

A conta bancária em causa não movimenta quaisquer verbas provenientes de Fundos Comunitários, assegurando-se desde já que os factos ocorridos não comprometem as obrigações financeiras do Município de Pombal.

O funcionário envolvido assumiu os actos praticados, tendo-lhe sido instaurado, por deliberação do executivo municipal, processo disciplinar, encontrando-se já suspenso das suas funções.

O processo de investigação encontra-se em segredo de justiça.”

- *Em 19 de Julho de 2010, o Município, através de ofício, comunicou os factos à Inspeção-Geral de Finanças de Leiria, ao Governador do Banco de Portugal, à IGAL, bem como aos Bancos que receberam os fundos desviados, nomeadamente o Banco Português de Negócios, o Banif, o Barclays, o Millennium, o BCP e a Caixa de Crédito Agrícola;*
- *Em 23 de Julho de 2010, o Município reuniu com o Director do Centro de Empresas de Coimbra do BPI, Dr. Manuel Mexia Leitão;*
- *Em 27 de Julho de 2010 foram comunicados os factos ao Tribunal de Contas e ao Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI, Dr. Fernando Ulrich;*
- *Em 29 de Julho de 2010, em reunião de Câmara, foi nomeado instrutor do Processo Disciplinar, o Dr. Agostinho Lopes, actualmente a exercer funções na Câmara Municipal de Ansião, em regime de mobilidade, processo disciplinar que, neste momento, segue os trâmites legais;*
- *Em 30 de Julho de 2010, o Município de Pombal reuniu com o Director Central e o Director Adjunto da Direcção de Auditoria e Inspeção e da Direcção de Segurança do BPI e pelos mesmos foi informado que iam proceder a uma averiguação interna, exaustiva, sobre todos os*



MUNICÍPIO DE POMBAL

factos ocorridos, estabelecendo a data de 31.08.2010, como a data prevista para uma resposta por parte do Banco;

- *Em 2 de Agosto de 2010, a Câmara disponibilizou-se e prontificou-se a prestar esclarecimentos à conferência de líderes das Bancadas da Assembleia Municipal, convocada pelo Presidente da Assembleia Municipal, com a presença do Dr. Grilo, Presidente da Assembleia Municipal; da Dra. Teresa Guapo, Secretária da Mesa da Assembleia; do Dr. João Coucelo, líder da Bancada do PSD; do Dr. Armindo Carolino, líder da Bancada do PS; da Dra. Odete Alves, membro da Bancada do PS; e do Presidente e Vice-presidente da Câmara Municipal, Narciso Mota e Diogo Mateus;*
- *Em 9 de Agosto de 2010, a Bancada do Partido Socialista remeteu ao Presidente da Assembleia Municipal um requerimento contendo 23 perguntas, solicitando ao Presidente da Assembleia Municipal vários esclarecimentos e cópias de documentos relativas ao Processo supra referenciado, pedido esse que foi reencaminhado para Município, em 11.08.2010, a fim de nos pronunciarmos;*
- *Em 2 de Setembro de 2010, o Município de Pombal, e porque da leitura das supracitadas questões, teve dúvidas acerca do facto de se pronunciar sobre as mesmas, tendo em conta a salvaguarda do segredo de Justiça, uma vez que os factos se encontravam em fase de investigação criminal, solicitou parecer jurídico ao Gabinete do Dr. Teófilo Santos, bem como esclarecimentos junto do Director Nacional da Polícia Judiciária, da IGAL, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, do Provedor de Justiça e da Procuradoria Geral da República, para que essas entidades se pronunciassem quanto á questão supracitada;*
- *Tais esclarecimentos, junto com uma cópia do requerimento da Bancada do PS, foram enviados para as entidades referidas no ponto anterior;*
- *Em 3 de Setembro de 2010, o BPI, através da Direcção de Auditoria e Inspeção, informa o Município que não identificou nenhum aspecto da actuação do Banco que permita concluir pela existência de responsabilidades da sua parte;*
- *Em 9 de Setembro de 2010, através de ofício, o Município de Pombal comunicou os factos ocorridos ao Presidente do Conselho de Administração do BPI, Dr. Artur Santos Silva, bem como ao Presidente da Comissão Executiva, Dr. Fernando Ulrich;*
- *Relativamente ao pedido de esclarecimento solicitado junto das Entidades supra referidas relativamente às 23 questões colocadas pela Bancada do Partido Socialista, obtivemos resposta, nomeadamente, do Provedor de Justiça, da Procuradoria Geral da República, da Polícia Judiciária e do IGAL;*
- *A Polícia Judiciária respondeu em 10 de Setembro de 2010, informando que os esclarecimentos pretendidos devem ser remetidos ao Magistrado do Ministério Público titular do inquérito do crime em causa;*
- *A IGAL respondeu em 13 de Setembro de 2010, informando que a matéria em causa será analisada no relatório da Inspeção, com base nos factos que tem ao seu dispor e que será, posteriormente, acompanhado por aquela Inspeção, relatório de que o Município ainda não foi notificado;*
- *O Provedor de Justiça, em 22 de Setembro de 2010, comunicou que não cabe ao Provedor a prestação de consulta jurídica, nem a entidades públicas nem a entidades privadas, e sugere*



MUNICÍPIO DE POMBAL

ao Município a consulta do Magistrado do Ministério Público titular do inquérito do crime em causa;

- Finalmente, em 24 de Setembro de 2010, o Gabinete da Procuradoria Geral da República reitera a posição comunicada, no sentido de confirmar que os autos de inquérito em causa se encontram em segredo de Justiça e, por isso, sujeitos ao termos do Art.º 371 do Código Penal;
- Em 22 de Setembro de 2010, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, comunicou ao Município que as questões que os Deputados Municipais solicitam e que dizem respeito às questões de funcionamento interno da Câmara, como o valor do desfalque e a Norma de Controlo Interno devem ser facultados, todas as outras questões que não respeitem só ao funcionamento interno e sobre as quais possa haver dúvidas sobre a oportunidade dos esclarecimentos solicitados, deverão esclarecer-se junto do Ministério Público, dado que a Câmara Municipal informou que decorre um processo crime relacionado com os factos objecto da presente informação;
- Em 20 de Setembro de 2010, foi remetido pelo Gabinete do Dr. Teófilo Santos, o parecer jurídico solicitado.”

Eu vou ler este parecer:

“Como é do conhecimento público, a questão em apreço constitui objecto de um processo judicial em criminal em curso, processo n.º 3334/105JACBR, que corre termos nos serviços do Ministério Público, junto do Tribunal Judicial de Pombal, bem como de um procedimento disciplinar instaurado contra o trabalhador Victor Manuel da Conceição Leitão, de ora avante, Victor Leitão.

O Processo Judicial supra mencionado teve início com a participação criminal apresentada pelo Município junto da Directoria do Centro da Polícia Judiciária, no dia 16 de Julho do corrente ano, data em que teve conhecimento dos factos praticados pelo trabalhos Victor Leitão.

Presentemente o Processo Criminal está em fase de inquérito, tendo sido determinada a sujeição do mesmo a segredo de Justiça, atendendo aos interesses da investigação por determinação do Ministério Público, validada pelo Juiz de Instrução nos termos previstos no n.º 1 e 3 do Art.º 86 do Código de Processo Penal.

Em simultâneo, com a participação criminal, o Município instaurou procedimento disciplinar contra Victor Leitão, que se encontra em fase de instrução, sendo que nos termos do disposto no Art.º 33 do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, o processo disciplinar é de natureza secreta até à acusação, o que bem se compreende, tendo em conta as necessidade e objectivos da investigação, com vista a apurar a verdade dos factos.

Tendo em conta o exposto não deverá o Município prestar, neste momento, as informações solicitadas nem fornecer os documentos em causa, sob pena de violar os diplomas normativos supra mencionados e de poder pôr em causa o regular andamento de investigação dos factos, bem como a própria eficácia da investigação.

Excepção feita à informação solicitada acerca do montante exacto do desfalque (ponto 1) que é do conhecimento público e que, aliás é referido na própria comunicação emitida pelo Partido Socialista, bem como ao fornecimento da Norma de Controlo Interno (ponto 5), por se tratar de um documento público a que qualquer cidadão pode ter acesso, aliás, cumpre alertar que a violação de segredo de justiça constitui crime previsto no Art.º 371.º do Código Penal, punível com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias, sendo que nos termos do disposto no Art.º 371.º n.º 2 alínea b) do mesmo diploma legal, se a violação do segredo de justiça também respeitar ao processo disciplinar, enquanto esse se mantiver legalmente em segredo, como é o caso, o agente é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por outro lado, a violação do dever de segredo, no caso em apreço, porquanto se está perante titulares de cargos políticos, ainda é punido pelo Art.º 27.º da Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei 108/2001, de 28 de Novembro e pela Lei 30/2008, de 10 de Julho. Ora, por força do referido normativo legal, a violação do segredo constitui crime punido com prisão até 3 anos ou multa de 100 a 200 dias, para além de ser susceptível de fazer o titular incorrer em responsabilidade civil, nos termos do Art.º 45.º e seguintes do mesmo diploma legal.

O Município deve aguardar o encerramento do inquérito do processo crime acima identificado, bem como do termo de execução do processo disciplinar movido contra Victor Leitão, para prestar as informações solicitadas e fornecer os documentos.

Por fim, dir-se-á que os elementos do Partido Socialista se podem constituir assistentes no processo criminal supra identificado, por força da faculdade que lhes é conferida pelo Art.º 68, n.º 1 alínea e) do Código do Processo Penal, aliás, tal como fez o Município.

De todas as diligências efectuadas pelo Município foi das mesmas dada conta à Polícia Judiciária.”

Meus caros amigos, quero dizer aqui, olhos nos olhos, se eu tivesse abandonado esta Câmara no 4.º mandato, quando pedi a reforma não tinha sofrido este desgosto.

Eu estava a ganhar, como Administrador Executivo, quatro ou cinco vezes mais, saio desta Câmara mais pobre do que entrei, mas se eu tivesse responsabilidade, como aquele Senhor me quer inculpar para eu abandonar e ir embora, tinha carácter para assumir essa responsabilidade.

Como é que é possível que um jurista, funcionário de um Banco, pôr em causa a minha honestidade. Haja vergonha, haja ética, haja autenticidade e haja princípios, porque eu tenho consciência e nunca ninguém me comprou e não é este Senhor que me põe em causa.”

Fernando Carolino, que fez a intervenção seguinte:

“Ouvimos aqui o Senhor Presidente da Câmara a responder, ou pelo menos, a tentar responder às questões que nós lhe colocámos.

Há um facto que eu aqui quero realçar, porque para mim é novo, penso que para a Bancada também deve ser novo, e que me deixa um pouco constrangido e irei colocar essa questão ao Senhor Presidente da Câmara e ele irá responder ou não, que é questão do Dr. Agostinho ser o responsável pelo inquérito que vai ser executado.

Na minha modesta opinião, faz-me alguma celeuma que o Dr. Agostinho, que em Dezembro de 2009, era um dos responsáveis desta casa possa vir a ser o responsável pelo inquérito. Não está aqui em causa, de forma alguma, a responsabilidade ou a honestidade, por isso o que eu coloco em questão é se será muito curial que o Dr. Agostinho possa vir a conduzir esse processo.

A última questão que lhe quero deixar, Senhor Presidente, é:

O Senhor é useiro em ir buscar determinado tipo de exemplos que identificam a sua profícua vida como o exemplo para todos nós, tomo nota dessa situação, mas questiono o Senhor que foi militar, tal como eu também fui militar, se tendo tropas ao seu comando se um dos seus comandados falhar, de quem é a responsabilidade? Se o Senhor, trabalhando em empresas multinacionais como trabalhou e algum dos seus colaboradores falhar, de quem é a responsabilidade?

Agora termino com a defesa da minha honra.

Caríssimo Presidente, trabalho e sou empregado bancário, é verdade. Candidatei-me tal qual o Senhor, fiz testes, fui analisado, fui admitido e estou há dezassete anos e meia naquela Instituição, mas, para sua informação tenho 25 anos de descontos na Segurança Social, fazendo bem as contas, com a minha idade e com a sua idade, quando eu a atingir ganho-lhe, sabe em quantos anos, em pelo menos mais 6 anos de descontos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Rodrigues Marques, que solicitou a palavra para fazer um requerimento à Mesa no sentido de se passar, de imediato, ao ponto 2.2.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este requerimento a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete votos contra da Bancada do Partido Socialista.

Nesta altura, o membro da Bancada do Partido Socialista, **Armindo Carolino**, disse que o requerimento foi uma maneira airosa de não prestar esclarecimentos, acrescentando que, por esse motivo, se iria ausentar.

De seguida ausentaram-se todos os membros da Bancada, à excepção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal.

Pelo líder da Bancada do PSD, João Coucelo, foi feita a seguinte declaração de voto:

“Eu estava inscrito para falar mas a minha intervenção perdeu a oportunidade por força do requerimento apresentado.

Não me parece que haja alguém que, honestamente, esteja de boa fé nesta matéria e que queira persistir, nesta Assembleia, numa discussão sobre uma matéria em que já se invocaram aqui razões válidas para se manter em sigilo uma parte das questões, as restantes, os membros da Bancada do PS, os Senhores Vereadores do PS, podem ir aos serviços da Câmara perguntar e consultar como é que as coisas funcionam.

Isto não passa de uma tramóia política, depois de aduzidas as informações prestadas por parte dos responsáveis da IGAL, da Procurador-geral da República, etc., e estes Senhores não o entendem, continuam a querer fazer chicana política.

Isto, apenas em relação às questões de facto da ordem de trabalhos, não me vou pronunciar sobre afirmações pessoais.

Isto é um desrespeito pela própria Justiça, persistir, neste momento, em atitudes como o Partido Socialista aqui teve, vergonhosas, no meu entender.”

Ponto 2.2 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Colocada a informação do Senhor Presidente a discussão, não houve qualquer intervenção, pelo que se passou ao ponto seguinte.

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contrato Programa entre o Município de Pombal e a PMUGEST, E.E.M.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara sobre Contrato Programa entre o Município de Pombal e a PMUGEST, E.E.M., cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que o Contrato Programa entre o Município de Pombal e a PMUGEST, E.E.M. foi aprovado por unanimidade e por minuta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2010.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2010, cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

“Eu como qualquer cidadão português gostaria que esta taxa fosse mais baixa, como gostaria que não nos fossem aumentar os impostos, como gostaria que não nos aumentassem mais 1% das deduções para a Caixa Geral de Aposentações, como gostaria que, por força do Orçamento de Estado – que eu espero, apesar de tudo, que venha a ser aprovado -, não tenhamos uma redução de previsível de 20% nas receitas das Câmaras Municipais.

Baixar a taxa de IMI, neste momento, seria má política, não seria prudente.

O Relatório da OCDE, pese embora tenha o valor que tem, previa não só a subida do IMI como do próprio IMT.

A Câmara usou de uma atitude que é aquela que todos nós gostamos e o Governo também gosta, que é aumentar as suas receitas, mas a Câmara mantém as taxas porque sabe que vai ter, claramente, uma redução do financiamento por força do Orçamento de Estado.

Foi uma medida prudente e temos que aceitar que a Câmara mantenha este valor.”

Guilherme Domingues, que fez a seguinte intervenção:

“relativamente a esta questão, venho manter aquilo que tenho dito nas várias vezes que esta questão é colocada, em termos de Assembleia, e gostava que hoje tivéssemos aqui, uma continuação no sentido descendente desta taxa.

A manutenção da taxa, em si, é de facto mais sensata como referiu o Dr. João Coucelo mas as famílias apreciariam muito mais que se continuasse, efectivamente, a fazer um esforço para reduzir este valor e é pena que não o possamos fazer.

Espero que as previsões da OCDE não se venham a tornar prática e, contrariamente a uma manutenção da taxa, não a tenhamos que vir a aumentar.

É pena que não possamos continuar a baixar a taxa, no entanto, acompanharei o Município na aprovação deste proposta.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2011.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2011, cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros.

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

“Eu penso que este ponto, na reunião de Câmara, foi aprovado por unanimidade, mesmo assim tenho pena que não haja aqui uma discussão, e esta sim, uma discussão política interessante, sobre o que representa a Derrama, que incide sobre os rendimentos das Sociedades, digamos que é um imposto



MUNICÍPIO DE POMBAL

complementar ao IRC mas só sobre os lucros tributáveis e com isenções até aos € 150.000,00 de lucros. Não afecta as pequenas Empresas, afecta as grandes empresas e as médias em geral.

Da forma como o País está, o que nós desejaríamos era que este Município nunca tivesse lançado a Derrama, mas ela contribui razoavelmente para o equilíbrio financeiro do Município de Pombal.

Eu partilho também das palavras do Guilherme Domingues, oxalá nós, para o ano, possamos reduzir o IMI para os 0,275% e a Derrama para 1,25%, de qualquer das formas, no momento actual, parece-me que por uma medida de prudência se deve manter e concordo com a votação da Câmara Municipal.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2011,

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2011, cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros.

Guilherme Domingues, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas para deixar um lamento relativamente a esta situação.

Esta Taxa Municipal deveria onerar as empresas que beneficiam da utilização do espaço público, e é lamentável que esta taxa seja imputada, directamente, aos consumidores, e que venha expressamente referido que esta taxa se destina ao Município de Pombal.

É lamentável que aquilo que deveria ser um direito do Município por força dos investimentos que faz e que deveria ser uma obrigação por parte das empresas que retiram daí os lucros.

Queria deixar este meu protesto em relativamente a esse facto.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão aos Documentos Previsionais.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu necessárias.

De seguida, colocou a proposta a discussão, não se verificou qualquer inscrição.

Colocada a Revisão aos Documentos Previsionais a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.8 - Apreciação do Parecer do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2010.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão o Parecer do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2010, cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros, tendo-se inscrito:

João Coucelo, que fez a seguinte intervenção:

“*Eu confesso que tenho muita dificuldade em olhar para este parecer saem enumeras suspeitas, porque já houve no referente ao último semestre de 2009, nomeadamente, nas contas de Dezembro, algo que não correu bem e que foi a não detecção de uma verba ainda de uma importância*



MUNICÍPIO DE POMBAL

significativa o que atesta uma de duas coisas que têm a ver com a explicação que o Senhor Presidente da Câmara aqui procurou dar em relação aos factos ocorridos e que é o seguinte:

Ou isto foi feito de uma forma de tal maneira dissimulável que dificilmente seria detectada, ou então o Auditor não esteve atento às contas.

Isto deixa-nos ficar com a sensação amarga de ter aqui um parecer que não tem os movimentos e os fluxos financeiros, estando muito para além daquilo que será a nossa comparação mais normal da viciação possível de fazer dentro de qualquer organismo público, quando as contas são feitas ao abrigo de situações que podem passar despercebidas por viciação de procedimentos.

De qualquer forma tomei nota do parecer do Auditor Externo que diz que a Câmara está de boa saúde financeira e é essa a principal conclusão que podemos daqui retirar.”

Guilherme Domingues, que fez a seguinte intervenção:

“Na sequência, e fazendo minhas as palavras que o Dr. João acabou de proferir, é efectivamente normal que, cada um de nós que exige rigor e que exige ter um conhecimento concreto e exacto daquilo que se passa, e sendo certo que o Executivo e nós, enquanto membros da Assembleia Municipal, sabendo que o Município paga a uma determinada entidade para proferir pareceres e para fazer auditorias de uma forma que se pressupõe que sejam efectivamente rigorosas, não tendo competência técnica para dizer se o parecer está ou não bem elaborado, parece-me, à primeira vista, demasiado escasso e, confesso, as minhas dúvidas relativamente a esta realidade.

Entendo que o Executivo e nós devemos ter absoluta confiança nos pareceres e nas auditorias e que em meu entender, impõe-se uma revisão deste tipo de auditoria e de técnico que a executa, de forma que possamos ver transposto para o parecer e para estes resultados, algo de mais concreto, que nos tranquilize nos deixe dúvida nenhuma.”

Ponto 2.9 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Dissolução, Liquidação e Partilha da Empresa Municipal Pombal Viva, E.E.M.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a Dissolução, Liquidação e Partilha da Empresa Municipal Pombal Viva, E.E.M., NIPC 506 356 582, cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros e a seguir se transcreve:

“Ponto 18 - Dissolução, Liquidação e Partilha da Empresa Municipal Pombal Viva, E.E.M. – Proposta.

Foi presente à reunião a Proposta para Dissolução, Liquidação e Partilha da Empresa Municipal Pombal Viva, E.E.M., cujo teor se transcreve:

“Considerando que:

1. A Assembleia Municipal de Pombal, aprovou na sua reunião extraordinária realizada no dia 26 de Novembro de 2009, mediante proposta apresentada pela Câmara, a reestruturação do Sector Empresarial Local.

2. Após essa deliberação foram encetadas várias medidas no sentido de dar seguimento à Reestruturação do Sector Empresarial Local, nomeadamente:

a. Aquisição por parte da Câmara da quota de 20% que era detida pela ADILPOM na PMU, pelo valor de 15.000 €;

b. Aumento de capital, e revisão dos estatutos da PMU E.E.M., passando a ter a designação de PMUGEST E.E.M., cujo registo comercial ocorreu em 30 de Dezembro de 2009;



MUNICÍPIO DE POMBAL

c. Celebração de contrato de trespasse entre a Pombal Viva e a PMUGEST, em 31 de Dezembro de 2009 com cessação da actividade da primeira empresa.

3. *Para finalizar o processo de reestruturação, faltará a Dissolução, Liquidação e Partilha da Pombal Viva.*

4. *Tendo por base o balanço de liquidação da Pombal Viva reportado a 17 de Setembro de 2010, entende-se que a empresa dispõe dos requisitos legais à sua dissolução, liquidação e partilha imediata, dado que não tem passivos excepto para com o seu sócio único, Câmara Municipal.*

5. *De acordo com o referido balanço de liquidação os activos e passivos da Pombal Viva são os seguintes:*

a. Depósito à ordem no banco Santander Totta, no montante de 335,83 €;

b. Clientes c/c – valor a receber da Câmara Municipal de Pombal: 16.584,28 €;

c. Fornecedores c/c – Valor em dívida à Câmara Municipal de Pombal: 42.734,04 €.

6. *Com a liquidação – partilha deve ser entregue à Câmara Municipal o dinheiro existente no Banco no montante de 335,83 €, assumindo esta uma perda líquida resultante da partilha no montante de 25.813,93 € (42.734,04 € da dívida que tem a receber, menos 16.584,28 € da dívida que tem a pagar, menos 335,83 € existentes no Banco).*

Proposta:

No quadro do n.º 1 do Artigo 44.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, propõe-se que a Câmara delibere:

- 1. Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da Dissolução, Liquidação e Partilha da Pombal Viva, E.E.M.*
- 2. Solicitar à Assembleia Municipal autorização para se proceder ao respectivo registo comercial da Dissolução, Liquidação e Partilha.”*

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra transcrita e solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação a tomar seja aprovada por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Não se tendo verificado nenhuma inscrição passou-se, de imediato, à votação, tendo a Dissolução, Liquidação e Partilha da Empresa Municipal Pombal Viva, E.E.M. sido aprovada, por unanimidade, e por minuta.

Ponto 2.10 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declaração de Interesse Municipal da ETAR do Louriçal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para quaisquer esclarecimentos adicionais.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão não se verificando qualquer inscrição.

Colocado este ponto a votação foi deliberado, por unanimidade e por minuta, declarar o Interesse Municipal da ETAR do Louriçal.

Ponto 2.11 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declaração de Interesse Municipal do Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó - CIMU Sicó.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para quaisquer esclarecimentos adicionais.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão tendo-se inscrito:

Carlos Cardoso, cuja intervenção se segue:

“Este terreno fica a escassos metros do lugar de Poios, no sentido Poios – Senhora da Estrela.

O terreno estava projectado para o Museu dos Poios, há mais de 15 anos, agora é para o Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó, uma obra que vai dignificar o Concelho de Pombal e a Freguesia da Redinha. ”

Colocado este ponto a votação foi deliberado, por unanimidade e por minuta, declarar o Interesse Municipal do Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó - CIMU Sicó.

Ponto 2.12 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declaração de Interesse Municipal da Variante Sul do Louriçal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para quaisquer esclarecimentos adicionais.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão tendo-se inscrito:

Guilherme Domingues, cuja intervenção se segue:

“Não querendo “meter foice em seara alheia”, não posso deixar de enaltecer esta acção do Município de Pombal.

O Louriçal, que muitas vezes se acha o “patinho feio” do Concelho de Pombal, tem aqui uma via infraestruturante.

Aqui o meu amigo, Rodrigues Marques anda, há anos, a lutar por uma via estruturante lá pela Espanha, como é designada aquela zona de Albergaria dos Doze.

Obviamente que esta via é fundamental para o Louriçal, em termos de abertura de uma nova mancha de expansão de desenvolvimento do Louriçal.

Não posso deixar de registar que, efectivamente, o Município de Pombal toma aqui esta iniciativa e se dispõe a executar esta obra. É importante que isso seja referido e que não o seja só quando as coisas não se fazem.”

Colocado este ponto a votação foi deliberado, por unanimidade e por minuta, declarar o Interesse Municipal da Variante Sul do Louriçal.

Ponto 2.13 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Outeiro do Louriçal, Freguesia do Louriçal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que, após a retirada deste assunto, a pedido do Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal, da ordem de trabalhos da sessão realizada no dia 30 de Junho de 2010, deu entrada na Câmara uma reclamação de uma proprietária de terrenos confinantes com o caminho, acrescentando que a desafecção não deve ser aprovada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito o **Senhor José Neves**, Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal, que fez a intervenção abaixo:

“Eu congratulo-me com aquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara porque na verdade eu ia solicitar que esta desafecção não fosse votada a favor, até porque recebemos um abaixo-assinado das populações do Outeiro e da Moita do Boi, no sentido daquele caminho ser utilizado para uma correcção ao traçado entre as duas povoações.”

Colocada a desafecção a votação, foi a mesma chumbada, por unanimidade.

Ponto 2.14 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre ACMMM – Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou que a sede da Associação vai funcionar em Penela, que da mesma fazem parte os Municípios da zona centro que têm Castelos e que, para que se possam apresentar candidaturas, há necessidade de criar a Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Colocado este assunto a discussão não se verificou qualquer inscrição.

Passou-se à votação, tendo a Assembleia deliberado, por unanimidade, autorizar o Município a criar e participar na ACMMM - Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Pedro Santos**, residente no Louriçal, que fez a seguinte intervenção:

“O Saneamento, na Freguesia do Louriçal, encontra-se actualmente com uma cobertura na ordem dos 25% a 30%.

Mais grave que a percentagem de cobertura é o facto da existente não estar a funcionar, ou encontrar-se em más condições.

Na Rua das Rosas - Ribeira de St.º Amaro, na Rua da Capela - Casais de Além, ou na Rua do Moinho da Cova - Borda do Rio, o piso onde se encontra instalada a rede de saneamento abateu.

Esta situação ocorre numa rede que foi construída há cerca de 7 anos. No lugar de St.º António, o saneamento foi construído há cerca de uma década e metade dos habitantes da Rua principal ainda não podem liga à rede por falta de colocação de uma bomba elevatória, o mesmo se passando na Rua da Fonte, em plena Vila do Louriçal, e na Rua Principal da Borda do Rio.

Estas situações alargam-se há vários meses e anos, mas o que é certo é que nada é feito, e os munícipes e os veículos que circulam nas nossas vias é que sofrem com as obras que são mal efectuadas ou inacabadas.

Para quando o alargamento da Estrada que liga o lugar de Casais de Além e Barbas Novas, ligando as Freguesias do Louriçal e Almagreira. Até a EDP e a PT já mudaram os postes para que o alargamento possa ser efectuado, só falta mesmo avançar com a obra.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

“Eu vou estar lá com o Senhor Presidente da Junta, vou ver o que é que se passa, porque essas anomalias que colocou aqui, uma vez que é funcionário da Junta, faça um ofício e peça aos



MUNICÍPIO DE POMBAL

Directores de Departamento de Aguas e de Obras Municipais, para que, em estreita ligação como técnicos, vejam o que se passa e se se acciona a resolução dessas anomalias.”

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte e uma horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: